

DEPÓSITO LEGAL
C.A.B.C. 1970

203-1

FATIMA-50

Ano IV-Nº 37 13/Maio/1970

Sua Em.^{cia} o Senhor Cardeal
José Slipyi, da Ucrânia
Confessor da Fé



AOS ASSINANTES DA REVISTA FÁTIMA-50

Com o número de Abril, n.º 36, terminou mais um ano, o terceiro, da publicação da nossa revista.

Ninguém ignora o esforço dispendido para que a revista possa ser publicada todos os meses, dando a conhecer a vida do Santuário onde diàriamente tantos fiéis prestam culto à Mãe de Deus. É uma revista destinada única e exclusivamente à divulgação da Mensagem que a Mãe de Deus trouxe do Céu à terra, confiando-a aos três humildes pastorinhos, na Cova da Iria, há 53 anos.

Tem-se procurado uma boa apresentação gráfica, e que a revista recolha nas suas páginas a doutrina cristã expandida do grande púlpito que é o Santuário da Fátima, e relate com textos e documentários fotográficos a vida católica nas manifestações dos fiéis no culto a Nossa Senhora da Fátima e na vivência cristã.

Não se sentem, pois, os responsáveis da revista, inferiorizados perante as outras revistas no género. Segundo a revista LA MADRE DI DIO, n.º 7, de Julho de 1968, a revista FATIMA-50 era considerada como uma das mais belas de todo o mundo. Trata de problemas da actualidade, documentação e diversas especialidades.

Embora se não tenha em vista, ao publicar a revista, qualquer aspecto comercial, não deixam, no entanto, de preocupar a Administração, as grandes despesas que sobrecarregam mensalmente a publicação da revista. É por isso que se lança um apelo a todos os católicos e devotos da Fátima:

- 1.º — aos assinantes pede-se o favor de enviarem a importância da sua assinatura, pelo correio (cheque ou vale) — A assinatura custa 100\$00 por ano, ou 10\$00 cada número.
- 2.º — aos que não são ainda assinantes pede-se o favor de se inscreverem, como tais ou que adquiram a revista, número por número, fazendo-se-lhes o mesmo preço da assinatura.

A Administração faz descontos especiais para os exemplares destinados a Bibliotecas, Sindicatos, Grémios e Associações culturais e recreativas, organismos da Acção Católica e Catequese.

A Administração

FÁTIMA-50

Ano IV - N.º 37 13/Maio/1970

REVISTA MENSAL DE ACTUALIDADES,
DOCUMENTAL E ILUSTRADA

Editor e Director:

Cón. Dr. JOSÉ GALAMBA DE OLIVEIRA

Propriedade do SANTUÁRIO DE FÁTIMA

Redacção, Administração e Publicidade:
SANTUÁRIO DE FÁTIMA

PREÇÁRIO (pagamento adiantado): Assinatura anual (12 números) — 100\$00 — Exemplar avulso: 10\$00
Ultramar, Espanha e Brasil — Assinatura anual: 120\$00
Outros países — Assinatura anual: 130\$00
PRIX D'ABONNEMENT — 12 números (un an): 130\$00
Les paiements peuvent être effectués en devises étrangères au taux du jour.

Aceita-se publicidade, seleccionada. Preços a combinar.

Composto e impresso por GRIS IMPRESSORES,
S. A. R. L., Lisboa / Cacém.

NESTE NÚMERO

NO Céu DE FÁTIMA	1
Bênção das estátuas de Santa Teresa de Jesus e de S. João da Cruz	6
FÁTIMA 13 DE ABRIL	7
ASPECTOS DA PEREGRINAÇÃO DE 13 DE ABRIL	8 e 9
ACTUALIDADES:	
Vicentinas	10
Filhas de Maria	10
Fátima e a Apolo XIII	11
Curso de direcção e programação pastoral	11
O Cardeal D. Slipyi da Ucrânia	12 e 13
TRÊS TEMAS FILATÉLICOS	14
NOSSA SENHORA PIO IX E PORTUGAL	19
NOSSA SENHORA À LUZ DA HISTÓRIA RELIGIOSA E NACIONAL DA FRANÇA E DE PORTUGAL	25
PEREGRINAÇÃO INTERNACIONAL DE CIGANOS	

NO CÉU DA FÁTIMA

**Homilia de Sua Excelência Rev.^{ma} o Senhor D. Francisco Rendeiro
na inauguração das estátuas de S.^{ta} Teresa de Jesus e S. João da Cruz**

1 — A partir de hoje ficam expostas à veneração dos fiéis, na Colunata deste Santuário de Fátima, as imagens de Santa Teresa de Ávila e de S. João da Cruz. Este facto convida-nos a considerar quem são estas duas figuras, e qual a mensagem que trazem ao nosso tempo.

Há quatro séculos, exactamente no ano 1567, celebrava a sua primeira missa na terra natal o jovem sacerdote carmelita fr. João de Santa Maria, natural de Medina del Campo. Estava ali, quase por acaso, a Madre Teresa de Ávila; que já então contava 52 anos e andava a estabelecer os primeiros mosteiros da sua reforma.

Alguém terá dado à Madre Teresa informações raras acerca daquele jovem religioso, totalmente inexperiente, mas já dotado de singulares qualidades, a tal ponto que ela, numa intuição admirável, o conquistou à sua causa e fez dele o companheiro que realizaria entre os frades o mesmo que já estava a fazer entre as freiras.

Teresa de Ávila e João da Cruz são duas almas que Deus irmanou no mesmo espírito do Carmelo, foram os instrumentos de que o Senhor Se serviu para reformar essa família religiosa, e, ao mesmo tempo, os místicos extraordinários que ensinaram uma plêiade imensa de discípulos a subir a Montanha do Carmelo, mesmo quando se tem de atravessar a noite escura, para chegar às mais altas moradas da intimidade com o Senhor.

João da Cruz foi declarado Doutor da Igreja, com o sobrenome de Místico, a 24 de Agosto de 1926; Teresa de Ávila vai receber idêntico galardão no próximo dia 27 de Setembro.

Que significa tudo isto para o século XX em que vivemos, século atormentado pelos solavancos de uma evolução social e religiosa que não tem par na história?

2 — Guiados pelos ensinamentos do II Concílio do Vaticano a única luz que hoje nos pode iluminar o caminho, havemos de recordar que estes santos, como aliás todos os outros, são irmãos nossos, que viveram neste mundo, em condições que — bem examinadas — não foram tão diferentes das nossas como à primeira vista parece.

A Constituição sobre a S. Liturgia (n.º 104) lembra que os santos foram homens e mulheres que percorreram os caminhos da perfeição cristã e alcançaram a salvação eterna, que viveram com Cristo o mistério da Redenção, sofreram, e agora são glorificados, proclamando assim o Mistério Pascal. O seu exemplo é proposto a todos nós para que sejamos atraídos, como eles, por Cristo até ao Pai.

E a Constituição *Lumen Gentium* sobre a Igreja (n.º 50) diz que os santos são estímulo e exemplo para procurarmos a cidade futura e descobirmos o caminho seguro para lá chegarmos.

3 — Os santos são tributários do ambiente e da época em que viveram. Estes dois são castelhanos, do tempo das descobertas e das conquistas.

A Espanha, pelo amálgama das raças que se cruzaram e fizeram o seu povo, e também pelas condições da sua situação geográfica, é pátria de místicos. A natural austeridade do temperamento espanhol é uma disposição que facilita a prática da ascese cristã; a impetuosidade violenta desse mesmo temperamento leva aos rasgos extraordinários do heroísmo.

A graça aproveitou bem estes dons da natureza, particularmente em Santa Teresa de Ávila. Ela própria conta as reacções contrastantes do seu temperamento, quando em plena juventude sentiu a repugnância pela vida religiosa, e depois a abraçou com entusiasmo; e mais adiante quando começou a enveredar pelo caminho de uma certa tibieza, e depois se decidiu a dar-se a Deus sem reservas.

No seu tempo grande número de conventos primavam por teor de vida mais mundana que religiosa, mais piedosista que espiritual. A população consagrada por votos religiosos era numerosa; muitos homens professavam por causa da distinção social de que eram objecto e pela libertação das preocupações dos trabalhos e das guerras; muitas mulheres, pela comodidade com que as famílias resolviam a vocação das filhas que não tinham encaixe fácil no casamento.

Não admira que as ordens religiosas tivessem então um nível medíocre de espiritualidade, a pedir a grande reforma lançada na Igreja pelo Concílio de Trento.

Felizmente também apareciam, com frequência, almas grandes, consagradas sincera e totalmente ao Senhor, que, ou procuravam outros conventos onde pudessem viver melhor o seu ideal, ou tentavam reformar por dentro os seus próprios conventos.

Fr. João e a Madre Teresa são o exemplo deste desejo sincero de vencer a mediocridade ambiente. Ele, com 25 anos apenas, ao atingir a meta da ordenação sacerdotal, pensa abandonar o Carmelo e pedir asilo numa Cartuxa; ela, depois de ter lutado 20 anos com os apelos da graça, numa tentativa inglória de conciliar a vida de regalo com a vida de oração, o amor das criaturas com o amor de Deus, decide resolutamente, com toda a energia do seu temperamento castelhano, entregar-se sem reservas ao Senhor, e arrasta grande número de companheiras para o mesmo ideal de perfeição.

4 — A vocação específica de Teresa de Ávila, que decidiu imediatamente a vocação de fr. João da Cruz, encerra uma mensagem para o nosso tempo, talvez ainda mais clara e oportuna que a dos escritos místicos de um e de outro.

Essa mensagem pode definir-se na palavra que o próprio II Concílio do Vaticano empregou para tratar da vida religiosa — a palavra *renovação*.

A perspectiva da história talvez um dia permita confrontar as duas décadas de 60 dos séculos XVI e XX, confrontar a situação religiosa de uma e outra, para ver melhor o alcance do II Concílio do Vaticano que terminou em 1965 (o de Trento terminou em 1563).

Infelizmente não precisamos do recuo da história para ajuizar já em boa parte a situação da vida religiosa no nosso tempo.

A queda vertiginosa do número de vocações é apenas um sintoma; outros não serão menos significativos. O coro onde já não se reza o ofício divino e onde já não se faz a oração contemplativa, o refeitório e o claustro onde já não se guarda o silêncio, a cela onde já não se permanece para o trabalho fecundo em união com Deus; o próprio convento já se aborrece e se troca pelo convívio do mundo, e até o hábito, que é um sinal de consagração e um apelo permanente a uma vida mais alta, se deixa pelo facto secular que forçosamente ajuda a secularizar a vida toda.

No século XVI o relaxamento dos costumes parecia situar-se num plano de fraqueza das vontades e não atingia os conceitos profundos da vida. A chama do ideal mantinha-se acesa, embora não houvesse a coragem de fazer o esforço por alcançá-lo.

Hoje põe-se em causa esse ideal, no que ele tem de mais alto e valioso; põe-se em causa o valor da virgindade e da obediência, põe-se em causa o valor da mortificação e da oração, a pretexto de uma integração maior no mundo em que se vive.

E assim não admira que o sal perca o poder de salgar e a luz perca o de alumiar; nem admira que os jovens não se sintam atraídos por uma vida que nada lhes diz, porque infelizmente, muitas vezes, nada tem para lhes dizer.

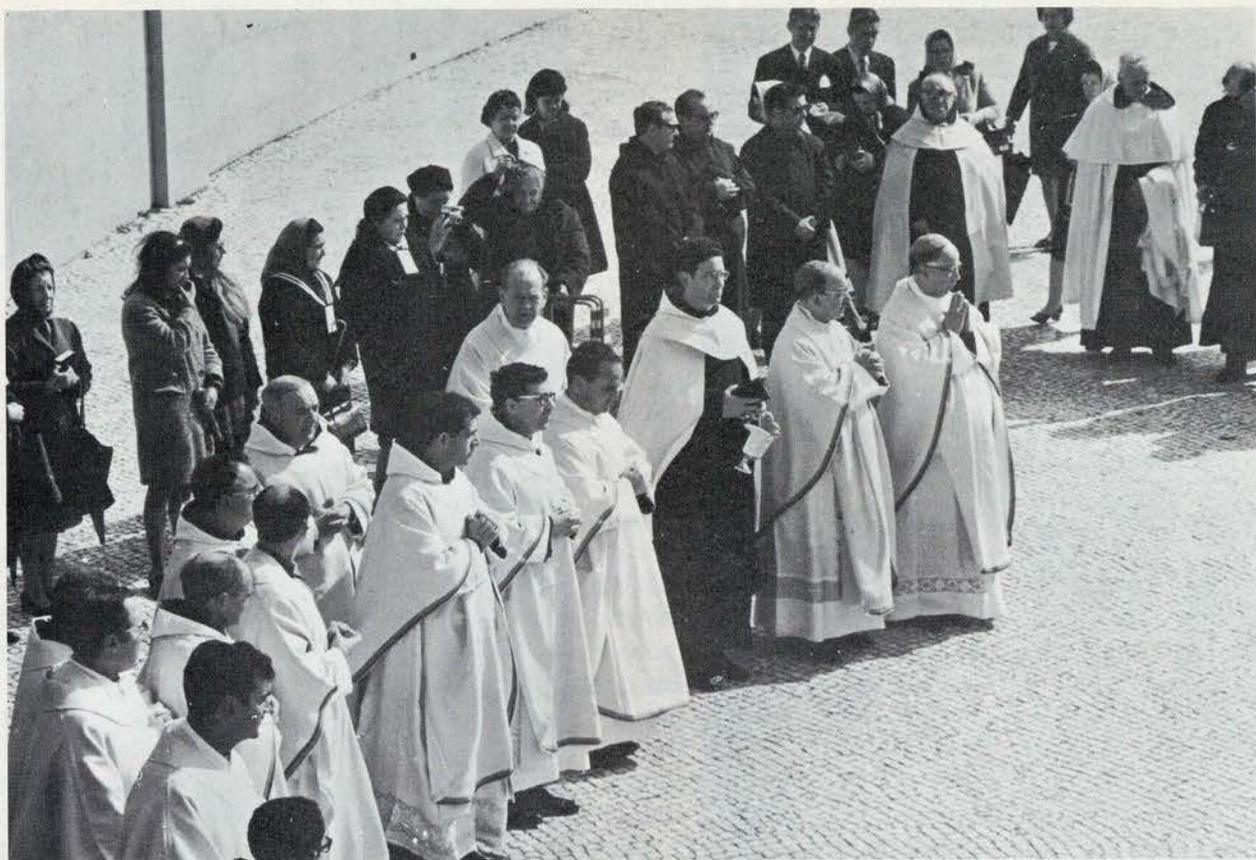


5 — Quais serão os planos de Deus para o futuro da sua Igreja, e muito concretamente para o futuro da vida religiosa?

A Igreja tem promessa de atravessar todas as crises dos tempos, todas as tempestades da vida; as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Isto não significa a permanência da imagem social a que estamos habituados, porque esta imagem renova-se com os homens e com as épocas. A Igreja é um mistério de fé que nos aparece envolvido nas roupagens dos homens; essas roupagens podem ser as vestes brancas dos catecúmenos saídos das águas do baptismo, mas também os andrajos poeirentos do desmazelado caminhante.

É natural que a Igreja procure cuidar do seu decoro externo; Deus está atento e encarrega-Se de mandar a purificação necessária em tempo oportuno.

A vida religiosa, porém, embora não faça parte da estrutura jerárquica da Igreja, pertence, de modo indiscutível, à sua vida e à sua santidade (Lumen Gentium n.º 44). Depois destas pala-



bras do Concílio é de crer que um ou outro Instituto religioso possa desaparecer; o conjunto dos Institutos, não.

É lícito esperar que Deus também há-de suscitar, em tempo oportuno, os meios de renovação. O que importa é ser dócil à acção do Espírito Santo e captar o sentido das Suas inspirações.

Teresa de Ávila com fr. João da Cruz foram os renovadores da Ordem Carmelitana na segunda metade do século XVI.

6 — Seja-me lícito destacar um elemento que é essencial na reforma carmelitana, e que é essencial em qualquer outra reforma. Quero referir-me à vida de oração.

Foi pelos caminhos da oração que Deus preparou Teresa de Ávila para realizar a obra da sua santificação pessoal e da reforma do Carmelo. As páginas mais interessantes da sua autobiografia são as que se referem à oração, não tanto pela doutrina teórica, mas sobretudo pelo testemunho do que lhe aconteceu.

Ela conta (Vida c. 8 a 9) que, ao longo de vinte anos, se debateu entre os apelos da graça e as solicitações da natureza.

«Pois assim comecei, diz ela, de passatempo em passatempo, de vaidade em vaidade, de ocasião em ocasião, a meter-me tanto em tão grandes ocasiões; a trazer tão estragada a minha alma com muitas vaidades, que já tinha vergonha de aproximar-me de Deus e tratar com Ele em amizade na oração ... Passava uma vida trabalhosíssima, porque na oração compreendia as minhas faltas. Por uma parte chamava-me Deus; por outra eu seguia o mundo. Parece que queria harmonizar estes dois contrários, tão inimigos um do outro, como é a vida espiritual e as satisfações e gostos e passatempos sensíveis».

Uma testemunha no processo da canonização (Pe. Domingos Bañez) diz que a sua mocidade foi como a de outras religiosas consideradas mulheres de bem e que até se distinguia por fazer mais oração do que era costume. Mas porque era bastante dotada de qualidades humanas, passava muito tempo com as numerosas visitas que recebia.

A santa continua a referir-se a esse tempo dizendo:

«Passei este mar tempestuoso quase 20 anos ... quando estava nas satisfações do mundo lembrava-me do que devia a Deus e tinha pena; quando estava com Deus, as satisfações do mundo punham-me em desassossego».

E a nota curiosa que sobressai em toda esta confissão é a da fidelidade à oração e o testemunho que julga poder dar aos outros: «Poucos dias se passavam sem largos tempos de oração ... Da experiência que tenho posso dizer: ninguém deixe a oração, ainda que a faça mal, pois é o remédio para começar a fazê-la bem, e, se a deixar, terá muitas mais dificuldades».

Vinte anos de luta entre Deus e o mundo, vinte anos de perseverança relativa na oração que ela não queria deixar, foram o preço da santidade de Teresa de Ávila. Sem essa perseverança teríamos apenas mais uma religiosa medíocre, como tantas outras do seu tempo. Assim temos a grande reformadora que hoje nos ensina com o seu exemplo, ainda mais do que com os seus escritos, os caminhos da oração.

Creio que é esta a grande mensagem de Santa Teresa de Ávila e de S. João da Cruz.

Vivemos numa hora difícil de transformação de estruturas que atinge os quadros dos Institutos religiosos. As linhas fundamentais da renovação estão lançadas pelos documentos da Igreja; a aplicação concreta pertence a cada Instituto. Mas o princípio sagrado que é preciso respeitar, a fase de toda a renovação religiosa, é o «espírito de oração» é «a vida escondida com Cristo em Deus da qual dimana e se estimula o amor do próximo para a salvação do mundo e edificação da Igreja» (P. C. n.º 6).

Que os grandes reformadores do Carmelo, mestres pela doutrina e ainda mais pelo exemplo, nos ajudem a alcançar a graça de uma autêntica renovação religiosa.





O Santuário da Fátima acaba de ser enriquecido com mais duas estátuas de santos.

São ambas da autoria da ilustre escultora Senhora Dona Maria Amélia Carvalheira da Silva. São de mármore branco e medem 2,20^m de altura. Trata-se de duas obras graves, austeras, simples, plenamente de acordo com as figuras e personalidades dos dois santos que representam.

A razão desta inauguração é simples e vale a pena recordá-la.

Para preparar a proclamação de Santa Teresa de Jesus, como Doutora da Igreja, que será feita oficialmente pelo Papa Paulo VI em Setembro próximo, o convento do Carmelo de São José, da Fátima, lançou um apelo a todos os conventos de Carmelitas, Seminários, Ordens terceiras do Carmo de todo o mundo, para que este acontecimento ficasse assinalado na Fátima com a oferta e colocação das estátuas dos dois grandes santos reformadores da Ordem carmelita — Santa Teresa de Ávila e São João da Cruz.

De todos os lados surgiram doações para as despesas, e as duas está-

tuas foram solenemente benzidas e inauguradas na Colunata da Basílica no passado dia 10 de Maio, ficando a de Santa Teresa do lado esquerdo e a de São João da Cruz do lado direito da esplanada.

Para assistir a estas cerimónias veio de Roma o Padre Geral dos Carmelitas Descalços, Rev. Frei Miguel Ângelo de São José, e vieram da Espanha os superiores provinciais de Madrid, Salamanca, Saragoça, Valência e Bilbao, com representações destas províncias carmelitas, e assistiram ainda o superior provincial de Portugal, Frei Vasco Ribeiro, os superiores e alunos dos Seminários da Ordem, em Viana do Castelo, Marco de Canavezes e S. Mamede de Infesta das Teresianas do Porto e Elvas com as alunas, além de diversas representações das Ordens do Carmo de Lisboa, Braga e diversos outros pontos do País.

As cerimónias da bênção das estátuas foram precedidas de uma conferência efectuada no salão do Exército Azul, sobre a doutrina de Santa Teresa e S. João da Cruz, pelo Rev. P. Efrém, carmelita e por D. Luís

Morales Oliver, catedrático da Universidade de Madrid.

Às dez horas organizou-se uma procissão com os Senhores Bispos de Leiria e de Coimbra, o Geral e superiores provinciais, seminaristas, religiosas e muitas outras pessoas, para o local onde se encontrava colocada já na Colunata, a estátua de Santa Teresa de Ávila. Aqui deu a bênção à estátua o Senhor Dom Francisco Rendeiro, bispo de Coimbra. Em seguida o cortejo dirigiu-se para o lado oposto da Colunata onde o Senhor D. João Pereira Venâncio, bispo de Leiria, procedeu à bênção da estátua de São João da Cruz. Nesta altura o Senhor Dom João Pereira Venâncio agradeceu à Ordem Carmelita e a todos os peregrinos a generosa oferta destas duas estátuas.

Em seguida, no altar exterior da Basílica começou a Santa missa concelebrada por 13 sacerdotes, sob a presidência do Senhor Bispo de Coimbra que, na altura própria, proferiu a homília que neste número damos na íntegra e para a qual chamamos à atenção dos nossos leitores.

Fátima 13 de Abril

Também no Santuário da Fátima e em geral na Cova da Iria o mês de Abril marca um despertar para a vida. Não quer dizer que se esteja a dormir ou em hibernação até ali. Não há dúvida porém que em Abril se começa a sentir o aproximar-se das grandes peregrinações e do movimento muito mais intenso do período Maio-Outubro.

Este ano o dia 13 de Abril não fugiu à regra.

Era muito maior do que nos meses anteriores a multidão de peregrinos.

Por isso a missa da peregrinação foi no altar exterior, ao alto da escadaria para junto do qual a multidão dos peregrinos acompanhara a procissão com a Veneranda Imagem de Nossa Senhora desde a Capela das Aparições onde antes haviam rezado o terço.

Foi celebrante Frei Avelino de Amarante, religioso capuchinho que fez também a homilia na altura própria da missa. Referindo-se às comemorações da Semana das Vocações Religiosas que decorria e à recente nota do Episcopado Português sobre a onda de imoralidade que avassala a juventude, o celebrante pediu as orações especiais dos peregrinos pelo aumento e perseverança das vocações religiosas e pela prática da Mensagem de Nossa Senhora-Mensagem de pureza e de penitência para salvação da humanidade.

Em lugar especial, junto do altar tomou parte na santa missa o Senhor Dom Domingos de Pinho Brandão, bispo auxiliar de Leiria e o Senhor arcebispo de Perugia (Itália).

Os doentes assistiram aos actos debaixo da Colunata. Ali estiveram 15 enfermos italianos, os quais, juntamente com os portugueses, receberam a bênção do Santíssimo Sacramento dada por Mons Rafael Baratta, arcebispo titular de Derua que, com 16 sacerdotes italianos, nessa manhã havia concelebrado na capela do Calvário Húngaro. Estes doentes italianos vinham num grupo de 96 das dioceses de Roma e de Viterbo sob a direcção da UNITALSI.

Além destes estavam presentes milhares de peregrinos portugueses e estrangeiros.

Entre os peregrinos notou-se a presença de uma representação das paróquias de Sapataria, Milharado, Malveira e Venda do Pinheiro com o pároco e muitas crianças da catequese.

Assistiram ainda às cerimónias 30 componentes do Grupo de Dança das Filipinas que se exibiu durante 3 semanas em Lisboa. Acompanharam o grupo o Dr. Barredo, membro do Supremo Tribunal e a esposa do encarregado de Negócios da República das Filipinas em Lisboa.

Tomou também parte na peregrinação o Senhor Embaixador do Brasil em Lisboa.

Digno de nota particular é o seguinte gesto de um grupo de Servitas da Fátima.

Como preparação espiritual das grandes peregrinações do corrente ano, 60 membros da Pia União dos Servitas de Nossa Senhora da Fátima com o seu director espiritual, Rev. P. Craveiro, fizeram no dia 12, a pé, o percurso do Reguengo do Fetal ao Santuário. No caminho realizou-se o piedoso exercício da Via-Sacra com meditações apropriadas. Com este acto penitencial os Servitas tiveram intenção de orar pela Igreja, pelo Santo Padre, pelo Sr. D. João, pela paz no mundo e pela difusão da Mensagem da Fátima.

A peregrinação, como de costume, decorreu muito bem num clima de singular piedade e recolhimento que deixou em todos a melhor impressão.





*Aspectos da
Peregrinação
de
13 de Abril*





VICENTINAS

Milhares de membros das Conferências Femininas de S. Vicente de Paulo, de numerosos pontos do País, nos dias 23 e 24, aniversário do nascimento de Frederico Ozanam e de S. Vicente de Paulo, tomaram parte na peregrinação das Vicentinas que há longos anos se efectua ao Santuário da Cova da Iria.

Presidiu à peregrinação o Senhor Dom António Ribeiro, bispo de Tigilava e tomaram parte nos actos alguns assistentes eclesiásticos das conferências vicentinas.

No dia 23, depois de se terem concentrado na Cruz Alta, as peregrinações reuniram-se na Capela das Aparições, onde escutaram uma saudação a Nossa Senhora pelo Senhor Dom António Ribeiro. Houve ainda o terço

e uma hora santa pregada pelo Rev. P. Herculano Martins, assistente das conferências do Patriarcado.

No dia 24, efectuou-se a Assembleia Geral presidida pela Sra. D. Maria da Glória de Barros e Castro, dedicada e prestimosa presidente do Conselho Superior e com a presença do prelado e dos assistentes. Foram lidos vários relatórios.

Na Basílica efectuou-se uma solene concelebração presidida pelo Senhor Bispo de Tigilava e em que tomaram parte mais 8 sacerdotes. Na altura própria o prelado falou às vicentinas sobre o espírito da caridade à luz do Concílio Vaticano.

As cerimónias terminaram com a consagração a Nossa Senhora.

FILHAS DE MARIA

Nos dias 5 e 6 de Maio efectuou-se a peregrinação anual das Filhas de Maria do Corpo Santo, de Lisboa, organizada há 36 anos pelos Padres dominicanos irlandeses.

As cerimónias em que tomaram parte cerca de 200 senhoras — filhas de Maria e respectivas famílias — foram presididas pelos padres Domingos Clarkson e Terêncio. Houve hora santa com pregação, missa e comunhão na Basílica e uma missa na Capela das Aparições sufragando a alma de todos os membros da Associação. Não queremos deixar de notar a fidelidade, a constância dos promotores desta peregrinação. Morrem uns, vêm outros, mudam os tempos mas as Filhas de Maria do Corpo Santo conservam-se nobremente fiéis à velha tradição de amor à Mãe de Deus. Bem hajam e que Nossa Senhora as proteja e defenda!



Fátima e a Apolo XIII

Quando todo o mundo se perturbou com o desastre ocorrido com a nave espacial Apolo XIII que pôs em perigo a vida dos 3 homens que se dirigiam à Lua, no Santuário da Fátima foram solicitadas orações aos peregrinos para que, por intercessão da Virgem Maria, Deus concedesse o feliz regresso aos tripulantes. Esta união de orações, com o povo da América do Norte, sensibilizou o Embaixador deste País em Lisboa que escreveu a seguinte carta:

«Exmo. Revmo. Cônego

Venho por este meio agradecer todas as vossas preces pelo feliz regresso da nave espacial e tripulantes da Apolo

XIII. Como todos os homens, fiquei muito emocionado pelo infortúnio e regresso a salvo dos tripulantes da Apolo XIII. Ao mesmo tempo, fiquei talvez ainda mais comovido com a profundidade e espontaneidade do sentido de humanidade demonstrado pelo povo português neste drama. A história digna de orgulho da vossa nação de corajosos exploradores, torna as vossas felicitações tanto mais valiosas e apreciadas.

Reiterando os meus agradecimentos, aproveito o ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos da minha elevada consideração.

a) Ridgway B. Knight
Embaixador».

Curso de direcção e programação pastoral

Organizado pelo Secretariado Nacional de Pastoral e pela U. C. I. D. T. (União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho, efectuou-se no Santuário um curso de direcção e programação pastoral.

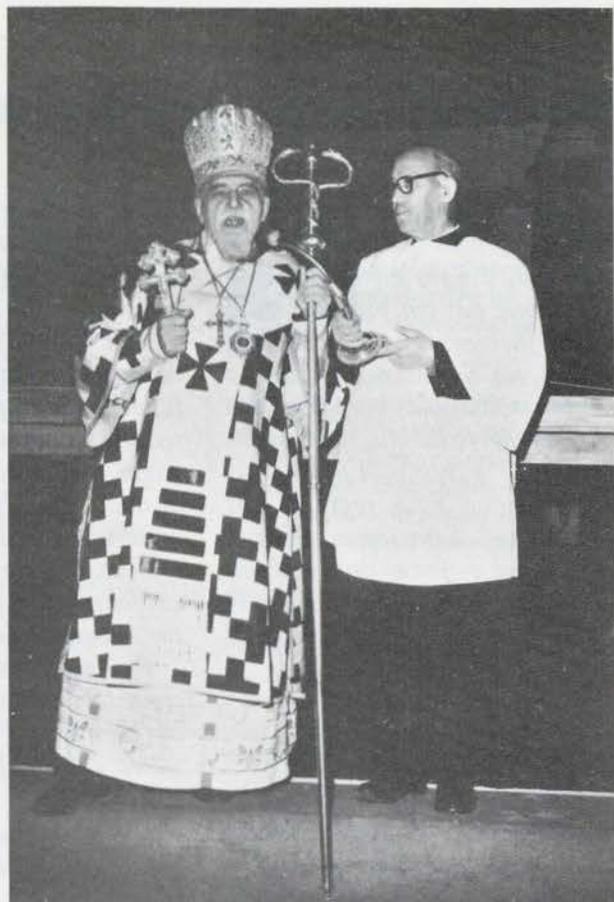
Tomaram parte neste curso, os Senhores Arcebispos de Braga e de Mitilene, arcebispo-bispo de Beja, D. Ernesto Sena de Oliveira, arcebispo-bispo resignatário de Coimbra e bispos de Leiria, Guarda, Vila Real, Bragança, Portalegre e Castelo Branco, Funchal, Macau e Viseu, coadjutor de Lamego e auxiliar de Leiria, e ainda vários vigários episcopais e gerais e diversos outros sacerdotes de diversas dioceses do País.

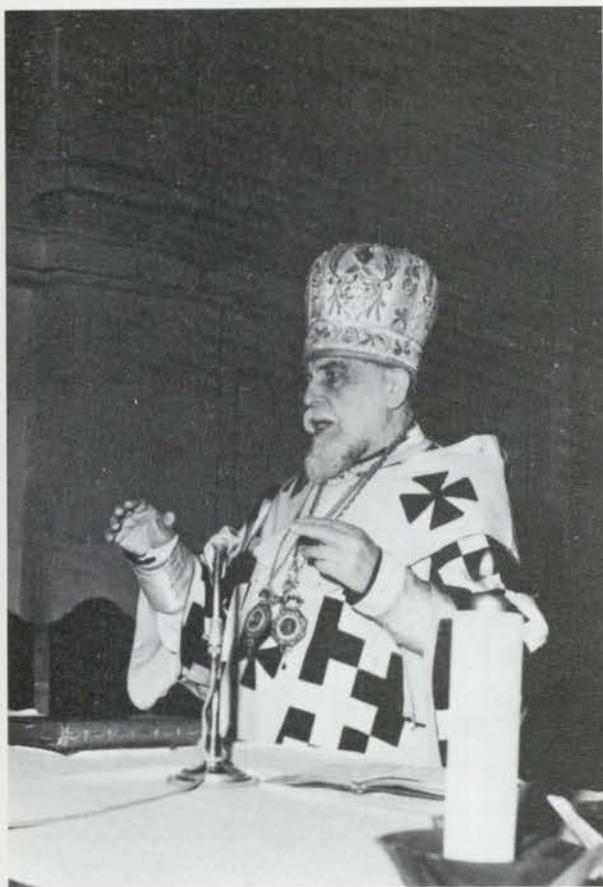


O CARDEAL SLIPIYI DA UCRÂNIA

De regresso da Argentina, foi hóspede do Senhor Bispo de Leiria no Santuário da Fátima S. Em.^{cia} o Senhor Cardeal José Slipyi, arcebispo maior da Ucrânia, donde é natural.

Sua Eminência que esteve durante 25 anos prisioneiro na Rússia Soviética e foi libertado por intervenção pessoal do Papa João XXIII, é membro da Congregação da Igreja Oriental. Depois da libertação foi recebido no Vaticano pelo Papa que o criou cardeal no consistório de 1965.





Sua Eminência celebrou missa na Basílica segundo o rito oriental e depois orou na Capela das Aparições. O Senhor Dom João Pereira Venâncio, bispo de Leiria rezou ali juntamente com os diversos peregrinos, o terço acompanhando o Senhor Cardeal.

Ao ilustre visitante foram entregues pelo Reitor do Santuário o Album comemorativo da peregrinação do Papa e medalhas como recordação da sua peregrinação à Fátima. São dessa peregrinação as imagens que damos a seguir.

TRÊS TEMAS FILATÉLICOS

I — AS PEREGRINAÇÕES DO PAPA E A FILATELIA

Ocorre no dia 13 de Maio o terceiro aniversário da histórica peregrinação do Papa Paulo VI ao Santuário da Fátima, para comemorar o cinquentenário das aparições de Nossa Senhora. Acontecimento de transcendência universal, muitas pessoas tiveram pena que ele ainda não tivesse sido assinalado com uma emissão de selos, do nosso país, já que o Vaticano o comemorou com uma série, posta a circular em Outubro de 1967, e que consta de 3 selos; um com os pastorinhos da Loca do Anjo, outro com a Basílica e outro com a gravura do Papa a orar diante da imagem da Virgem da Cova da Iria.

O facto é tanto mais digno de reparo, por uma nação da América Latina, o Paraguai, ter recentemente posto em circulação, numa série de 9 valores, 5 de correio ordinário e 4 de correio aéreo, comemorativa do centenário da epopeia nacional de 1864-1870, um selo, o da taxa de 0,20, com as 3 figuras de Paulo VI, a imagem de Nossa Senhora da capela das Aparições e a Basílica da Fátima.

Na devida altura foi oficialmente prestada a informação de que compromissos inadiáveis e programas previamente estabelecidos impediam que fosse emitido qualquer selo comemorativo da peregrinação do Santo Padre Paulo VI à Fátima. Mas já lá vão três anos e neste, de 1970, celebra todo o mundo católico o quinquagésimo aniversário da ordenação sacerdotal do Papa Paulo VI. Que magnífica oportunidade para o nosso país marcar a sua presença entre as nações que comemoraram com emissões de selos as diversas viagens do Papa. Não podemos esquecer que Portugal foi a primeira nação da Europa a ser visitada pelo Vigário de Cristo.

Para concretizar estas breves considerações indicamos as emissões postas a circular comemorando as viagens de Paulo VI:

VATICANO — 1964 — Peregrinação à Terra Santa — 4 selos.

1964 — Viagem à Índia para tomar parte no Congresso Eucarístico de Bombaim, 4 selos.

1965 — Visita à Organização das Nações Unidas e a Nova York. 4 selos.

1967 — Peregrinação e 50.º aniversário das aparições da Fátima, 3 selos.

1968 — Viagem à Colômbia para assistir ao Congresso Eucarístico de Bogotá, 3 selos.

1969 — Primeira visita do Papa à África; 3 v. com as figuras do Santo Padre no meio de jovens africanos, o Papa com bispos africanos e uma carta geográfica da África.

ALTO VOLTA — Visita à ONU — Mensagem da Paz, selo de 100 f.

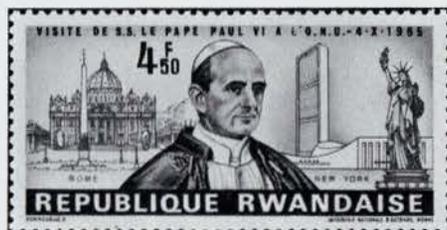
DAOMEI — Visita à Organização das Nações Unidas — apelo a favor da Paz, 3 selos, 100 fr. de correio aéreo e 1 bloco com os 3 selos.

EQUADOR — Peregrinação do Papa a Nazaré, na Palestina. Selo de 1,30 de correio aéreo.

ÍNDIA — 1964 — Viagem ao Congresso Eucarístico de Bombaim; selo de 15 piastras.

JORDÂNIA — 1964 — Peregrinação aos lugares santos. Duas emissões de 4 selos cada e blocos dos mesmos selos.

Foi emitida ainda uma série de 5 selos e bloco, comemorando o encontro de Paulo VI com o Patriarca Athenágoras.



LÍBANO — 1965 — comemorando a peregrinação do Papa ao Líbano, selo de 45 p. de correio aéreo.

MALI — Visita de Paulo VI à ONU — Apelo à paz, selo de 200 f.

PANAMÁ — Visita do Papa à ONU em 4 de Outubro de 1965; 4 selos.

PARAGUAI — Comemorativo do encontro do Patriarca Athenágoras e Paulo VI, no monte das Oliveiras. 2 selos de correio ordinário e 1 de correio aéreo.

RUANDA — Visita à ONU em 4 de Outubro de 1965, 4 selos.

TOGO — Visita às Nações Unidas. Emissão de 4 selos, 2 de correio ordinário e 2 de correio aéreo.

COLÔMBIA — Viagem à América Latina — Congresso Eucarístico de Bogotá. Agosto de 1968 — 4 selos: 1 de correio ordinário e 3 de correio aéreo.

SUIÇA — Visita a Genebra, à Organização Internacional do Trabalho. Selo de 30 c. do BIT com a sobre-carga: «visita de Paulo VI a Genebra, 20.6.1969», e carimbo especial.

NICARÁGUA — Emissão com motivos religiosos, de 4 selos, de correio aéreo, com a sobre-carga: «visita de S.S. Paulo VI a Bogotá — 1968».

BURUNDI — Visita do Papa à África — viagem a Kampala. Série de 7 selos com as figuras de alguns dos santos mártires africanos e o santo Padre, e este com os bispos africanos, e 1 bloco com 2 selos.

UGANDA — Emissão comemorativa da visita do Papa à África, juntamente com os Estados do Leste Africano (Quênia e Uganda). Série de 4 v. com um único desenho; o Papa em primeiro plano e ao fundo o monte Luna, cadeia montanhosa do Uganda.

PANAMÁ — Emissão de 5 valores, comemorativa da primeira visita de S.S. Paulo VI à América Latina — 1968

e 39º Congresso Eucarístico mundial. Taxas de correio ordinário reproduzindo pinturas de Bellini, Ferrucci, Rafael e van Dyck, da Virgem e o Menino e uma Anunciação da escola portuguesa do século XVII. Estes selos têm a particularidade de terem sido impressos na Litografia Nacional, do Porto.

YEMEN — Lindíssimo bloco de 15 selos de correio aéreo com a reprodução de 15 quadros com a vida de Cristo, comemorando o 5.º aniversário da missão do Imã do Yemen junto de Paulo VI em Jerusalém, 1964-1969.

Este reino emitiu ainda, para comemorar este acontecimento, outro bloco de 10 selos de correio ordinário com a reprodução das figuras do Papa, do Rei Hussein e do Patriarca Athenágoras.

BIAFRA — Emissão de 4 selos, com as legendas «Visita de Paulo VI à África em Julho-Agosto de 1969 — Paz na terra aos homens de boa vontade».

PARAGUAI — Selo de 0,20 c. com as figuras do Papa, imagem da Virgem e Basílica da Fátima, e a legenda: «Visita de Paulo VI a Fátima — 13.V.1965 — Portugal» De notar o erro da data. Pois todos sabemos que a visita do Papa foi em 13.5.1967 e não em 1965.

II — OS SELOS MARIANOS E A UNIÃO DOS POVOS

Do concílio Vaticano nasceu o movimento em prol da união de todos os povos, o chamado ecumenismo. No Vaticano foi criado um Secretariado para tratar dos assuntos relacionados com este movimento, o qual tem à frente um Cardeal da Cúria Romana.

Desde que o Papa João XXIII lançou o movimento de aproximação de todos os povos, têm-se realizado diversos encontros entre os representantes das hierarquias, tais como os encontros do Papa Paulo VI com o Patriarca Athenágoras, da Igreja Ortodoxa, em Jerusalém e em Éfeso, as reuniões de Rodes, Lambeth e Upsala e Genebra, e as importantes reuniões de teólogos e escritores de vários credos, a fim de se estabelecer uma plataforma de unidade.

Temos notado, porém, que no campo da filatelia, o movimento da união dos povos tem encontrado factor decisivo não só pelo grande número de emissões de selos cristãos, mas pelo facto dos selos marianos, contra toda a previsão, estarem a surgir com maior intensidade, melhor qualidade, beleza rara, de países dominados pelas religiões protestantes e islâmicas. Países até de ideologia comunista lançam no mercado dos selos belas emissões de motivos marianos; reprodução das pinturas da Virgem, sob diversas invocações. Isto para desluzte de muitas nações chamadas católicas.

Em diversos daqueles países, antes do movimento do ecumenismo, não se podia nomear Maria Santíssima sem os protestos exarcebados. Agora são emitidos milhões de selos com a doce figura da Virgem Maria.

Emissões mariano — natalícias de países da zona de religiões protestantes:

INGLATERRA — emissões de 3 selos com a imagem da Virgem, quadros de Murillo, Le Nain e Escola sevillhana, em 1967, que foram classificados como os mais belos, entre os 10 melhores da Europa. Em 1969 foram repetidos estes selos que nos apresentam a própria figura



da Rainha da Inglaterra, estampada nos selos com a Mãe de Deus.

ANGUILLA — Em 1968 e 1969, uma Crucificação com as três Marias, de Massys, e o nascimento do Salvador e a fuga para o Egípto.

ST. KITTS-NEVIS-ANGUILLA — Quatro selos da Natividade, dos pintores Botticelli e Rubens. Emissão em 1968.

ANTIGUA — 4 selos com a Virgem e o Menino, tirados das escolas alemã e italiana. Emissão dos correios em 1969.

BARBUDA — Emissão de 1969 com a Virgem Sixtina (quatro selos com a célebre Madonna, de Rafael).

DOMINICA — Em 1968, magnífica série de 4 Virgens, de Rafael e arte bizantina.

ILHAS CAYMAN — 6 selos com quadros da Adoração dos Pastores, de Rembrandt e Brent, emitidos em 1968 e 1969.

ILHAS DE COOK — 5 selos com motivos marianos tirados de Fra Angelico, Memling, Velasquez, Bosch e Ribera, em 1966. Em 1969 nova emissão de cinco quadros marianos.

GIBRALTAR — Nossa Senhora da Europa, em 1966, Natividade, em 1967 e a Virgem com o Menino, em 1968.

GRANADA — A Virgem com o Menino; quatro selos tirados de quadros de Veronese, Ticiano, Botticelli e Palma, em 1968. A mesma série foi emitida em 1969 com sobrecarga.

HONDURAS BRITÂNICAS — A Virgem e o Menino, quatro selos de Bellini e Veronese, em 1969.

MONTSERRATE — A Virgem e o Menino, (quatro selos com motivos de Murillo e Botticelli,). Em 1968 nova série de 3 selos marianos.

SÃO CRISTÓVÃO — Série de 4 selos de quadros mariano-natalícios, de Mostaert e Geertgen, em 1969.

SAMOA E SISIFO — A Virgem e o Menino, quatro selos em 1968 e outros quatro com motivos de Murillo, El Greco e Velasquez em 1969.

SANTA LÚCIA — Dois selos de Murillo, com a Virgem e o Menino, numa série emitida em 1967 e quatro selos com os mesmos motivos saídos em 1969.

AMÉRICA DO NORTE — Este país só muito tarde se decidiu por selos de carácter cristão, dada a pressão judia e protestante que se opunha tenazmente. Porém, em 1966, 1967 e 1968 emitiu milhões de selos com a figura de Maria com o Menino, em quadros de Memling e Van Eyck.

— Nos países de religião islâmica foram emitidos selos marianos e natalícios em:

DUBAI — Para comemorar o dia da mãe árabe em 1969. Série de quatro belos selos com as figuras da Virgem e o Menino, de pinturas de Mazzuolo, Correggio e Murillo.

EGIPTO — Série artística que inclui um selo com a reprodução de um altar da Virgem e outro com a figura da «árvore da Virgem», debaixo da qual, segundo a tradição, repousou Maria quando se dirigia para o Egípto.

JORDÂNIA — Três séries de motivos católicos; uma em 1952, por motivo da visita do Papa Paulo VI a Jerusalém, onde se encontrou com o Patriarca Athenágoras; no Natal de 1966 (a Virgem e o Menino) e uma série de 14 selos policromados dedicados às 14 estações da via-sacra.

RAS-AL-KHAIMA — emitiu em 1968 e 1969 duas esplêndidas séries luxuosamente apresentadas, com quadros da Virgem, da escola italiana, espanhola e China moderna.

TURQUIA — Duas séries comemorativas da «Casa da Virgem», em Éfeso (1953 e 1962).

YEMEN — Em 1968 emitiu uma série de Virgens, de Rafael, e em 1969 pôs em circulação uma série completa de 15 belos selos, com quadros da Vida de Cristo, (quadros de Lotto, Angélico, Giotto, Tintoretto).

ISRAEL — Selos dedicados a Nazaré e a Belém emitidos em 1968.

— Também nos países de ideologias comunistas se emitiram selos de carácter mariano, que, pela beleza da sua apresentação, são recolhidos ávidamente pelos colecionadores. Entre outros emitiram selos:

CHECOSLOVÁQUIA — Com uma série de 1968 na qual são apresentados dois selos de grande dimensão, policromados, com a «Festa do Rosário», de Duerer e a «Virgem e o Menino», de Mestre Levoca.

CUBA — Também a nação cubana emitiu em 1969, numa série dedicada a obras de arte do Museu nacional, selos com a Virgem e o Menino, de Zurbarán.

HUNGRIA — Série com obras artísticas, destacando-se a célebre «Madonna», de Rafael, e a «Anunciação», de Strozi, e uma admirável cabeça de El Greco.

ROMÉLIA — Séries com uma Virgem orante, estilizada, em 1964, os «Esponsórios de Maria», de El Greco, e dois selos com a Virgem e o Menino, de Sustris e Van Bylert.

JUGOSLÁVIA — Série com quatro ícones da Virgem em 1968.

Estas manifestações de religiosidade de tantos povos são sintoma suficientemente forte para acreditarmos que será uma realidade a união de todos os povos e podemos, sem sombra de dúvida afirmar que, para esta união, pondo de parte a ânsia de lucro e o espírito ávido dos colecionadores, muito têm contribuído os selos postais com a figura veneranda de Maria, Rainha do Mundo.



III — NATAL FILATÉLICO

Escreveram-nos a apoiar as nossas palavras sobre o tema natalício nas emissões filatélicas de numerosos países.

Uma filatelista diz assim: «A minha concordância com o referido artigo é tão perfeita e completa quanto é certo que há já um bom par de anos que defendo a mesma ideia. Haja em vista que já em 1966 na tese apresentada ao I Congresso Nacional de Filatelia, realizada em Aveiro, escrevi: «Natal — Entre o dia 20 e 24 de Dezembro saíria a emissão do Natal. Emissão de arte, de artistas portugueses, com dois ou três selos especialmente tratados, nos quais seriam apresentados temas de Natal, como bem o têm visto os nossos artistas ... Além de quadros, ou fragmentos de quadros, poderiam ser reproduzidos presépios — os de Machado de Castro têm renome consagrado.

Ora em selos do correio até agora nada se fez, restando-nos aguardar a emissão para o Natal do ano corrente.

E o ilustre filatelista (Dr. António d'Almeida Figueiredo, de Lisboa), continua: «Todavia o desinteresse pelo assunto não é completo, não é total.

A comprová-lo está a vinheta emitida este ano pelo Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos, — o chamado selo anti-tuberculoso — cujo colecionamento, extraordinariamente desenvolvido noutros países, não tem tido, entre nós, o desenvolvimento a todos os títulos merecido.

Pela folha que tenho muito prazer em enviar poderá ajuizar não só da qualidade da emissão como também da maneira como se interpretou o tema, tal como se fosse, creio, ao encontro da ideia de V ... E sem necessidade de recorrer a pintores estrangeiros.»

São 18 magníficos quadros que se encontram no Museu Nacional de Arte Antiga e na igreja da Madre de Deus e que a serem reproduzidos em selos portugueses

nada ficariam a desmerecer das emissões apresentadas nos outros países na época natalícia.

Um destes quadros foi motivo para o selo de 10 centésimos, da série de correio aéreo que o PANAMÁ emitiu com a reprodução de quadros natalícios. É o quadro da Fuga para o Egipto, de Mestre do Paraíso, do séc. XVI. Esta série compõe-se de 4 selos.

O mesmo país, numa série de correio ordinário, de 5 valores, comemorativa da primeira visita de S. S. Paulo VI à América Latina em 1968 e 39.º Congresso Eucarístico mundial, reproduziu uma «Anunciação» da Escola portuguesa, do século XVII.

Quer isto dizer que, enquanto os nossos responsáveis das emissões de selos não se decidem pela reprodução dos mestres da arte e da pintura, procurando ao mesmo tempo dar satisfação ao desejo de ver o nosso país, que se afirma cristão e católico, enfileirado no número das nações que emitem séries por altura da quadra natalícia, e fazer uma enorme divulgação da cultura cristã dos nossos antepassados, países como o Panamá, não hesitam em servir-se dos nossos Mestres para a sua emissão natalícia.

Queira Deus que os assuntos que vão ser escolhidos para a primeira emissão natalícia de Portugal não deslustrem o lugar que o nosso País pretende obter nos meios filatélicos.

Francisco Pereira de Oliveira



PAULO VI

EM FÁTIMA

O Santuário editou um lindo album com muitas gravuras a cores como lembrança desse acontecimento

Cada família portuguesa deve ter um

Peça-o já a

«FÁTIMA 50»

SANTUÁRIO DE FÁTIMA



Sua Santidade o Papa Pio IX

NOSSA SENHORA PIO IX E PORTUGAL

O ano de 1970 aparece-nos como termo de um longo período repleto de lutas que agitaram toda a Europa e a vida íntima da Igreja e como o início duma nova era de abertura e de esperança.

Dois acontecimentos, entre muitos, estiveram na base deste longo século e que tiveram o seu ponto culminante, em Setembro de 1870: A suspensão do Concílio Vaticano I e a reclusão do Papa Pio IX no restrito território do Vaticano, após a espoliação dos Estados pontifícios da parte da Itália.

Só de passagem entraremos na magna assembleia da Igreja em concílio ecuménico, para nos debruçarmos um pouco mais no grave e doloroso drama que precedeu e ocasionou a reclusão do Vigário de Cristo junto do túmulo de Pedro. Tentaremos levantar o véu da honrosa presença de Portugal em Roma ao lado do Papa, vivendo, talvez como poucas vezes na sua história, aquela prerrogativa, que, cerca de um século antes, lhe fora atribuída — Nação fidelíssima.

E neste caminhar através da história, descobriremos a persistente e maternal protecção d'Aquela que, exactamente, ao findar deste século de vida e na continuação do I Concílio do Vaticano, foi oficialmente declarada pelo Vigário de Cristo, como Mãe da Igreja, declaração que nos honrou, pois Fátima havia de permanecer para sempre ligada a este II Concílio do Vaticano, por nele se ter feito o voto de aqui ofertar à Mãe de Deus a Rosa de Ouro, comemora-

tiva de tão significativa proclamação.

I

Completou-se, no passado dia 8 de Dezembro, o primeiro século após a abertura do I Concílio do Vaticano. Foi Pio IX a alma aberta e esclarecida desta magna assembleia da Igreja, em circunstâncias tão graves e difíceis que bem podem ser consideradas como um ponto de partida para uma nova caminhada da grei de Cristo. Tudo nos aparece, hoje, como fora dos planos humanos, desde o conclave, após a morte de Gregório XVI, de 15 a 16 de Junho de 1846, — um dos mais breves conclaves que a história regista — até ao fim do mais mais longo e um dos mais agitados pontificados que os anais da Igreja conhecem, qual foi o de Pio IX.

Foi este o homem que Deus chamou para enfrentar o choque entre duas eras que a Revolução francesa tinha colocado frente a frente e que havia de provocar as maiores convulsões não só na Europa como nas Américas. Os princípios da civilização cristã que, desde a Renascença, começaram a enfraquecer, apresentam-se, agora, em grave perigo. Da rigidez do conceito da origem divina do poder, caiu-se na ligeireza dos regimes de soberania popular, despojada de todo o conceito cristão pelas doutrinas do liberalismo materialista.

Não admira que uma das vítimas desta agitada encruzilhada da história fosse a Igreja, não só

nos seus princípios doutrinários, como especialmente na sua vida humana encarnada no património que a cristandade lhe tinha legado e que constituía o Estado Pontifício.

Pio IX foi bem acolhido por toda a península itálica e entusiasticamente aclamado, quando, logo após a sua eleição, saudou o povo do balcão de S. Pedro com estas palavras: «Deus grande, abençoai a Itália!»

Esta invocação do Vigário de Cristo na sua primeira comunicação ao povo, foi como que um rastilho que acendeu o entusiasmo nacionalista por toda a parte, atingindo o seu auge quando Pio IX publicou o édito de perdão com que concedia uma amnistia política, quase geral, e dava largas ao seu espírito liberal, abrindo as portas dos serviços públicos nos Estados Pontifícios aos leigos e libertando os judeus dos estreitos limites do gueto.

A todos conquistou, arrancando até da pena dos escritores anticlericais, que então abundavam em Itália, os maiores elogios. Bighelli, comparando Pio IX com o seu antecessor, Gregório XVI, tem estas eloquentes palavras: «Era gentil e cordial, quanto o seu antecessor era austero e solitário; belo e sorridente e comunicativo, (...) com uma bondade de pároco de aldeia e com sentido de humana piedade, em contraste com as recentes prisões, condenações e execuções capitais (1)».

Não foi duradoiro este entusiasmo à volta do Papa. Com a implantação das novas ideias

liberais em diversos estados da Itália, Pio IX, na sua qualidade de soberano temporal, viu-se na contingência de apresentar uma Constituição. Não faltou quem o acusasse de partidário do liberalismo. Todavia, como afirma Aubert, este seu pretensão liberalismo reduzia-se, duma parte, a uma liberalidade da sua alma que o levava a admitir que era melhor desarmar o espírito revolucionário por meio da doçura, que tentar de o dominar pela força, sobretudo, quando o soberano é ao mesmo tempo, sacerdote; e, doutra parte, o desejar muito sinceramente lutar contra os abusos da administração pontifícia e introduzir algumas reformas, contanto que, por meio delas, não se concedesse à população qualquer parte efectiva na governação o que lhe parecia incompatível com o seu carácter religioso⁽²⁾».

É certo que Pio IX privava muito particularmente com os mentores do liberalismo, por meio dos quais se ia inteirando das correntes e ideologias do tempo. Grande influência teve no seu espírito o convívio com Pasolini, liberal moderado e que o levou a tentar as reformas na vida social dos Estados Pontifícios. Daqui nasceu a Congregação do Estado a quem deu o encargo de estudar os problemas mais urgentes.

Foi esta reforma que, juntamente com o entusiasmo despertado com a amnistia, provocou uma tão intensa e contínua cadeia de manifestações públicas, aclamando freneticamente o Papa, não só em Roma como por todo o Estado Pontifício. E tão anormais e descabidas começaram a aparecer que o Cardeal Secretário se viu na necessidade de chamar a atenção da população para uma maior austeridade.

Não tardou a verificar-se que estas manifestações eram secundadas por ocultos agitadores no intuito de levar o povo a tomar consciência de que o poder temporal dele derivava.

A correspondência do representante da Corte de Lisboa, junto do Rei do Piemonte, datada de 3 de Março de 1848, revelava bem o espírito de todas estas manifestações, quando informava da perseguição movida contra os jesuítas, então levantada, exacta-

mente porque os considerava como os mais seguros defensores do papado. Poucos dias depois, verificava-se a expulsão dos filhos de S. Inácio que, no pensar do informador, era um novo motivo para o entusiasmo dos patriotas⁽³⁾.

Apesar de todas estas manifestações, Pio IX continuou a sua acção de reforma, adaptando-se ao ambiente reacccionário que o rodeava, chegando a admitir na nova constituição — Consulta de Estado — mais três liberais moderadores, além do seu particular informador, Pasolini.

Estas reformas pontifícias não conseguiram acalmar os espíritos dos seus súbditos excitados pelos movimentos que agitavam toda a Itália à volta de Carlos Alberto, rei do Piemonte, a quem consideravam como um símbolo na luta contra a Áustria que então ocupava uma parte considerável no norte da península itálica. Arrastado por este levantamento quase geral, Pio IX viu-se obrigado a permitir que as tropas do Estado Pontifício se unissem às do Piemonte, apesar da sua firme posição de não declarar guerra a este país.

Ao falar aos chefes dos seus soldados frisou bem a sua disposição: «Sabei, portanto, que partis unicamente para proteger nossos estados contra uma agressão, se acaso se desse, e não para serdes vós mesmos os agressores (...). Compenetrai-vos bem desta ideia e fazei conhecer a vossos companheiros, que tal é a nossa formal vontade⁽⁴⁾».

Não se libertou, contudo, o Papa da acusação de inimigo da Pátria. Foi de tal forma agitada a reacção de Pio IX que, no Consistório de 20 de Abril de 1848, teve palavras violentas contra aqueles que se serviam das suas afirmações para o caluniarem: «Protestamos, disse o Sumo Pontífice, à face do mundo, contra aqueles que queriam que o Pontífice romano presidisse à formação duma nova República formada com todos os povos da Itália (...). Quanto a nós, todos os nossos esforços convergem para o engrandecimento da Igreja que é o reino de Jesus Cristo; não tencionamos apartar-nos dos limites da nossa soberania temporal⁽⁵⁾».

Foram inúteis todos os seus

esforços quer junto de Carlos Alberto quer na corte do Imperador da Áustria a quem escreveu uma carta autógrafa pedindo-lhe que nada fizesse contra a nacionalidade da Itália. São bem expressivas as suas palavras: «Temos, portanto, toda a confiança de que esta, tão legitimamente orgulhosa de sua própria nacionalidade, não arriscará a sua honra em tentativas sanguinolentas contra a Itália, antes pelo contrário, a reconhecerá nobremente por sua irmã⁽⁶⁾».

Preocupado com o crescente descontentamento do seu povo, Pio IX ordena novas reformas, dando largos poderes ao seu primeiro ministro, Pellegrino Rossi, homem da sua maior confiança e cheio de energia e vontade de dominar a anarquia que já reinava em Roma.

O seu governo, no entanto, não devia sequer iniciar-se. Exactamente quando no dia 15 de Novembro de 1848, entrava para a chancelaria para expor o seu programa de governo, foi traiçoeiramente trucidado. A anarquia nas ruas de Roma atingiu o auge, e o povo, cego com o derramamento do primeiro sangue, dirigiu-se para o palácio do Quirinal onde o Papa se encontrava, exigindo-lhe um governo demagógico. Por entre o esurdecedor gritar do povo exaltado, começou a ouvir-se o sibilar das balas saídas dos tectos das casas vizinhas dirigidas para o palácio papal. Os aposentos de Pio IX foram atingidos, tendo uma bala dado morte instantânea ao seu secretário, Mons. Palma.

O Vigário de Cristo, ao ver os seus palácios invadidos e diante da imposição de um governo provisório, dirige, com a alma angustiada mas com uma serenidade admirável, ao Corpo Diplomático que ali tinha acorrido, estas nobres palavras: «Senhores, eu estou aqui prisioneiro. Sabei, e fazei com que a Europa o saiba por vós, que, de hoje em diante não tomo absolutamente nenhuma parte no governo, e que quero ficar estranho a todos os seus actos⁽⁷⁾».

Entretanto, o povo exaltado lança o fogo às portas do Quirinal, e Pio IX, para evitar mais derramamento de sangue, resolve sair de Roma, combinando todos os particulares da sua arriscada reti-

rada com os embaixadores da França e da Baviera.

O autor contemporâneo de Pio IX e já várias vezes citado, deixou-nos a narração extraordinariamente bela deste complicado e humilhante como glorioso cortejo do Vigário de Cristo desde Roma até às terras de Nápoles.

Camilo Castelo Branco, ao prefiar a tradução desta obra editada em 1877, tem estas palavras esclarecedoras: «Mr. Villefranche, autor do excelente livro, ousou biografar com destemor da verdade um vulto da magnitude de Pio IX. Ninguém lhe contraveio à exactidão das suas apreciações dos homens que mais acintadamente perseguiram o catolicismo na pessoa do seu augusto chefe (8).»

Por sua vez, Villefranche diz-nos: «Na noite de 24 (de Novembro de 1848) o Embaixador (da Baviera) apresenta-se em grande equipagem no Quirinal, precedido de correios e archotes. Introduzido junto de Sua Santidade como para uma recepção solene, ajuda-o a despir seus trajes brancos, trocando-os por um vestuário ordinário de padre; esconde-lhe os olhos com uns óculos esfumados, lança-lhe às costas um farto capote e, deste modo, por uma porta oculta e através dos compridos corredores do Conclave, pôde Pio IX escapar-se. No entanto, ficando só no gabinete, o embaixador finge ler em voz alta e falar animadamente como numa discussão importante. Os carcereiros do Papa foram iludidos por este subterfúgio (...). Afinal, o Duque de Harcoute (...) saiu devagarinho do quarto e disse aos guardas que Pio IX acabava de deitar-se; e logo que chegou ao palácio da Embaixada passou da sua carruagem de gala para outra de viagem, indo reunir-se ao fugitivo.»

Durante este espaço de tempo, tinha o Papa chegado fora dos muros de Roma «apenas acompanhado por um doméstico. Ali esperava-o uma carruagem. Os soldados dirigiram-lhe algumas palavras sem o conhecerem e deixaram-no passar.»

Para além das colinas dos Castelos Romanos, a esposa do embaixador francês que tinha sido a alma de todo este plano de retirada, esperava Pio IX com uma

berlinda de quatro cavalos. Exactamente, quando o Papa chegava, passava ao lado uma patrulha de cinco carabineiros. Ao aproximarem-se, a condessa, reconhecendo o perigo, dirige a Pio IX, e com tom de censura, estas palavras: «É o doutor? Quanto tempo me fez esperar!»

Os carabineiros, enganados com esta feliz e espontânea saída da embaixatriz, nada disseram e ajudaram até o Papa a subir levantando o estribo da berlinda. A viagem corria agora mais segura e, ao transportar a comitiva os limites dos Estados Pontifícios, Pio IX mandou parar e, com lágrimas nos olhos, recitou ali o **Te Deum**.

«Passava-se isto, pouco antes de romper o dia. Às nove horas e meia chegámos ao ancoradouro de Gaeta, onde já se achava o Cardeal Antonelli (Secretário de Estado) e o primeiro secretário da Embaixada de Espanha.»

No caminho, narra-nos o meticoloso biógrafo, Pio IX, ao verificar o silêncio receoso da sua comitiva, teve estas palavras para todos: «Sossegai! Deus está conosco! Levo comigo o Santíssimo Sacramento.»

Fica bem narrar aqui toda a sublime história a que está ligada esta confiante afirmação de Pio IX.

Conhecedor da dolorosa situação do Vigário de Cristo naquele agitado ano de 1848, Mgr. Chartrouse, bispo de Valence no Delfinado, dirigiu-se a Roma e, apenas dois dias antes da retirada de Pio IX, consegue uma audiência particular para lhe entregar um pequeno embrulho acompanhado da seguinte carta: «Santíssimo Padre, durante as perseguições do seu exílio em França, e sobretudo em Valence, onde morreu, e onde repousam o seu coração e suas entranhas, o grande Pio VI levava sempre, ou ele, ou um dos Prelados seus familiares que o acompanhavam na carruagem, a Santíssima Eucaristia ao pescoço. Neste augusto Sacramento hauria ele a luz que o guiava, força para suportar seus sofrimentos e consolação para suas dores, enquanto esperava que lhe servisse de viático para a eternidade.

Da forma mais autêntica, acho-me possuidor da pequena píxide que servia a tão religioso, comove-

dor e memorando uso, e ousou oferecer-lhe a Vossa Santidade. Herdeiro do nome, da cadeira, das virtudes, da coragem e quase das tribulações do grande Pio VI, dareis, talvez, grande apreço a esta modesta e interessante reliquia, que, assim o espero, não terá o mesmo destino. Todavia, quem conhece os desígnios de Deus e as provas que a Sua Providência prepara a Vossa Santidade? ...»

Não se enganava o piedoso e inspirado Prelado, ao fazer tão longa viagem, unicamente, para oferecer esta preciosa reliquia que, dois dias depois, havia de continuar a sua missão de portadora de Cristo na companhia do Seu Vigário atribulado.

E o informador completava que «Pio IX contemplou largo espaço a preciosa reliquia e, depois de a beijar com lágrimas, suspendeu-a piedosamente ao pescoço, entregando-se à Providência, e resignando-se à vida errante de Pio VI (9).

Bem necessitava o Vigário de Cristo desta sua visível protecção, pois, ao chegar a Gaeta, nem sequer pôde ser recebido em casa do Prelado, ausente da diocese, por o seu criado se recusar a abrir as portas aos hóspedes naquelas circunstâncias.

Pio IX, não querendo, naquele momento, dar-se a conhecer, teve de bater à porta duma mísera casa, chamada hospedaria do jardineiro, onde se recolheu com toda a sua comitiva.

Foi desta humilde pousada que o Vigário de Jesus Cristo dirigiu ao mundo e aos seus vassallos de Roma a sua primeira palavra de Augusto Refugiado. Talvez nunca em toda a sua longa vida de pastor se tenha sentido tão semelhante a Cristo como nesta hora grave da Igreja. Foram dolorosas estas palavras de sentido protesto:

«As violências exercidas contra Nós nos últimos dias, e a manifesta vontade de se abalancarem ainda a maiores excessos, constrangeram-nos a separar-nos, momentaneamente, de Nossos súbditos e Nossos filhos, que sempre temos amado e continuamos a amar.

Entre os motivos que Nos determinaram a esta ausência (Deus sabe quão dolorosa ela é para Nosso

coração) o de maior importância é gozar plena liberdade no exercício do poder supremo da Santa Sé, exercício que o mundo católico poderia com razão julgar, nas actuais circunstâncias, não ser já livre entre Nossas mãos (...).

Na ingratidão de Nossos filhos, reconhecemos que é a mão do Senhor que nos fere, e que quer fazer-nos expiar Nossos pecados e os do povo.

Todavia, Nós não podemos, sem trair nossos deveres, abster-nos de protestar solenemente em presença de todos, como protestámos verbalmente diante do Corpo Diplomático nos funestos dias 16 e 17, contra a inaudita e sacrílega violência que Nos fizeram (...).

Nesta mensagem do seu coração aflito, Pio IX termina dirigindo a sua oração à Imaculada Conceição a quem entrega a Santa Igreja: «E Nós, como é do dever do supremo sacerdócio, invocamos mui devotamente a soberana Mãe de misericórdia, a Virgem Imaculada, e os Santos Apóstolos Pedro e Paulo, afim de que, assim como Nós ardentemente desejamos, a cólera de Deus todo poderoso se afaste da cidade de Roma e de todos os Nossos Estados (10).»

Entretanto, chegava a Gaeta Fernando II, Rei de Nápoles, abrindo de par em par as portas do seu palácio nesta pequena cidade junto do Mar Tirreno. O bater das ondas do rochedo sobre os quais se via agora, magnanimamente hospedado, fez despertar na grande alma de Pio IX as páginas do Evangelho que recordam os passos redentores de Cristo. E na sua oração na pequena capela em honra da Santíssima Trindade, numa das estreitas ruas daquela cidade, o Vigário de Cristo, com voz firme, na presença da família real de Nápoles e diante do Santíssimo Sacramento, oferece ao Senhor a sua vida como holocausto pela paz e triunfo da Igreja: «Deus todo poderoso, meu augusto Pai e Senhor, aqui tendes a Vossos pés Vosso mui indigno Vigário, suplicando-Vos que abençoeis e dirijais seus passos (...). Se para apaziguar Vossa justa cólera, sua vida pode ser um holocausto agradável a vosso coração, tomai-a; ele vo-la oferece e vo-la dedica (...). Fazei triunfar Vossa

glória; fazei triunfar Vossa Igreja (...) (11).»

Com a saída do Papa, a cidade de Roma transformou-se num centro da mais monstruosa anarquia. A comissão governativa deixada por Pio IX foi destituída e apresentada uma nova Constituição, que, com data de 5 de Fevereiro de 1849 abolia o poder temporal do Papa e proclamava a República Romana. Os seus três primeiros artigos eram expressos:

«1 — O Papa está deposto, de facto e de direito, do governo temporal do Estado Romano.

2 — O Pontífice Romano terá todas as garantias da independência necessária para o exercício do seu poder espiritual.

3 — A forma do governo do Estado Romano será a democracia pura, e tomará o glorioso nome de **República Romana** (12).»

Da sinceridade destes decretos falaram os acontecimentos que logo se verificaram: Os bens eclesiásticos foram confiscados, os Religiosos expulsos dos seus conventos.

Diante desta situação, Pio IX, em Fevereiro de 1849, pediu auxílio aos reis católicos da Europa, já nessa altura alarmados com a anarquia tirânica que reinava na Itália. A Espanha já se tinha antecipado a este pedido do Vigário de Cristo com o convite dirigido em Dezembro de 1848, às potências católicas para se reunirem em congresso, afim de deliberarem sobre a forma de colocar novamente, a soberania pontifícia em Roma.

Em Portugal viveu-se intensamente a triste situação do Papa, tendo o governo de Sua Majestade a Rainha D. Maria II dado ordens de partida ao vapor de guerra — Mindelo — com uma missão extraordinária, chefiada pelo Conde de Penafiel, que era portador duma carta autógrafa da Rainha para o Santo Padre, por meio da qual oferecia a Pio IX asilo no Reino. Esta embaixada partiu de Lisboa a 9 de Dezembro de 1848 e já a 29 desse mesmo mês o representante de Portugal na corte de Turim, na sua carta ao Ministro dos Estrangeiros, José Joaquim Gomes de Castro, escrevia: «Tenho sido felicitado por muitos membros do Corpo Diplomático e pessoas do

país pela resolução nobre e generosa que tomou S. M. de vir ao socorro do Santo Padre na sua dolorosa situação, mandando pôr à sua disposição um vapor de guerra e enviando-lhe um seu camarista (13).»

O convite de Espanha provocou uma grande agitação na corte do Piemonte que se apressou a protestar contra esta atitude, enviando uma exposição a todos os representantes diplomáticos das várias potências católicas, na qual se declarava que competia unicamente à Itália resolver a situação do Papa e não a qualquer outra potência estrangeira. A questão tomou maiores proporções, ainda, pelo facto da Espanha ter mandado seguir para Gaeta a sua esquadilha do Mediterrâneo.

Por seu lado, o governo de S. Majestade a Rainha D. Maria, em virtude das referências feitas à corte de Lisboa na nota do Piemonte, mandou ao seu representante em Turim, uma comunicação em que manifestava o seu pensamento sobre esta discussão.

No que respeitava à questão fundamental, o governo de Lisboa rejeitava a posição de Turim e afirmava como «ponto essencial, e que não se deve perder de vista, é que a causa de Pio IX, não é só da Itália, mas de toda a cristandade, que o respeita como chefe visível da Igreja, a qual ele não poderá governar livremente, estando privado dos Estados anexos ao Pontificado, a que tem o mais legítimo direito.»

Na mesma nota, afirma-se com clareza «que o Governo de S. M. agradeceu ao gabinete espanhol o seu convite, e lhe declarou estar a mesma Augusta Senhora disposta a nomear um Plenipotenciário para tão louvável fim, e, como todo o seu empenho é que esse fim se obtenha, não julgou dever subordiná-lo a questão alguma acerca da localidade onde se devia verificar a reunião (...) (14).»

Entretanto, a Áustria, a França, a Espanha e Nápoles mandaram os seus representantes a Gaeta dispostos a tudo fazer para restituírem ao Papa o Estado Pontifício.

Aqui esteve presente, desde a primeira hora do cativo de Pio IX, o Ministro de Portugal junto da Santa Sé, o Barão Venda da Cruz,

tendo-o encontrado, ainda, na miserável hospedaria que ali recebeu o Vigário de Cristo. Coube ao Ministro português a grande honra de ficar hospedado juntamente com o Papa, no Palácio real cedido pelo Soberano de Nápoles.

Pio IX sentiu-se protegido e amparado com o apoio dos Reinos católicos da Europa. A Espanha pôs à disposição de S. Santidade a ilha da Maiorca; a França ofereceu a cidade de Marselha; Portugal teve a grande satisfação de apresentar a Pio IX, no dia 1 de Janeiro de 1849 o vapor «Mindelo» que chegou a Gaeta nesta data, com o Embaixador extraordinário, o Conde de Penafiel com a missão de, em nome da Rainha D. Maria, pôr à disposição do Vigário de Cristo a terra portuguesa.

A audiência especial dada por Pio IX à Embaixada portuguesa logo no dia 3, foi de tal forma entusiasta que o Papa quis ir em pessoa a bordo do «Mindelo» para retribuir a visita ao Conde de Penafiel. Razões de ordem diplomática não permitiram que o fizesse, tendo mandado o seu Secretário de Estado, o Cardeal Antonelli ⁽¹⁵⁾.

Em Portugal, apesar do ambiente reaccionário que neste período alastrava pelo reino, ao sabor das ideias revolucionárias importadas de França, as manifestações de apoio a Pio IX foram extraordinariamente impressionantes, tendo-se até constituído uma comissão, a que não faltou a adesão do régio aplauso, para angariar donativos para o Sumo Pontífice. Como era de esperar, não faltaram as manifestações dos reaccionários que, em plena sessão de abertura do Parlamento em 1849, exaltaram a liberdade da Itália, atacando o Pontificado romano ⁽¹⁶⁾.

Neste meio tempo, os soberanos europeus concordaram na necessidade duma intervenção directa, enviando imediatamente os seus representantes para Gaeta onde, a partir de Março de 1849, se reuniu o Congresso para a resolução definitiva da questão romana.

Depressa, todavia, surgiram os interesses particulares a sobrepor-se à razão principal que tinha

reunido, ao lado do Papa, esta assembleia cristã. A Áustria, defendendo acèrrimamente a reposição de Pio IX no seu trono de Chefe da Igreja com a sua sede em Roma e soberano do Estado Pontifício, pretendia, em seu favor, dar a morte à República romana e dificultar a unificação da Itália. Napoleão III, ainda mal seguro à frente da presidência da República francesa, inclinava-se para uma posição mais tolerante na sua visão interesseira de enfraquecer a Áustria, para a expulsar do norte da Itália, com o que pretendia favorecer a unificação italiana.

Não chegando a um entendimento, as três potências — Áustria, França e Espanha — resolveram agir separadamente. Napoleão apressa-se a mandar proteger a liberdade do Piemonte e colocar em Gaeta uma força militar com o duplo objectivo do prestígio da França e da liberdade da Itália. Por sua vez, a Áustria entra com o seu exército na República romana a que se vieram juntar as tropas espanholas.

Foram frustradas as intenções de Napoleão, quando pensou jogar com o Piemonte, pois os exércitos de Carlos Alberto foram levadas de vencida pelos austriacos. Diante deste desastre e das graves condições do armistício que lhe foram impostas, o rei piemontês abdicou em seu filho Vitor Manuel, afastando-se, para sempre, do drama que agitava a Itália e o Papado.

A abdicção do rei Carlos Alberto causou grande desorientação em toda a parte, tanto mais que tudo tinha decorrido num ambiente muito misterioso e rodeado de grandes incertezas.

O representante de Portugal na corte de Turim, em carta de 25 de Março de 1849, comunicava, ainda com esta dúvida: «Diz-se, posto que ainda não seja oficial, que El-Rei Carlos Alberto abdicou.» Dias depois, já confirmava a decisão do Rei e que teria saído do Piemonte, tendo escolhido Portugal para seu exílio. A 1 de Abril seguinte, tudo estava esclarecido com a notícia que o Soberano se tinha encaminhado para Marselha, onde esperava encontrar um barco para o Porto, com a

intenção de se recolher numa cartuxa perto desta cidade ⁽¹⁷⁾.

A viagem do real exilado continuou em misterioso acompanhamento de um só seu íntimo criado, tendo chegado ao Porto a 18 de Abril. D. Maria teve para com Carlos Alberto o mais generoso e hospitaleiro recebimento o que provocou grande satisfação e reconhecimento em Turim «mesmo da parte daqueles que menos parciais eram» da sua política.

Recolhido na sua moradia nas margens do rio Douro, Carlos Alberto cedo pressentiu que o sossego e tranquilidade por que suspirava não lhe seriam muito propícios, pois não tardaria a adoecer gravemente e, a 26 de Julho daquele fatídico ano de 1849, morria.

Foi grande a consternação sofrida em Itália, já que tinha colocado toda a sua esperança duma próxima unificação no soberano do Piemonte. Da grande estima que gozava entre os seus ficou o testemunho da diligência que logo se manifestou de transportar os seus restos mortais para o seu Reino. O representante de Portugal nesta corte comunicava, a 8 de Agosto de 1849 que nesse mesmo dia tinha sido oficialmente informado sobre a morte do Soberano. A 17 do mesmo mês dava a notícia que, no dia seguinte, o Príncipe Eugénio de Saboia embarcava em Génova em direcção ao Porto para receber os restos mortais de El-Rei Carlos Alberto.

As manifestações de pesar de que foi objecto o Soberano piemontês no cortejo fúnebre da Sé do Porto para o barco que o devia transportar para Génova, impressionaram profundamente toda a representação da casa de Saboia que nele tomou parte. Na sua carta de 22 de Outubro, o Ministro de Portugal, ao dar a notícia dos funerais realizados em Turim, dizia expressamente: «Toda a oficialidade que acompanhou S. A. R. o Príncipe de Carinhano (...) ficaram sumamente comovidos da emoção e luto sincero que testemunharam os habitantes e autoridades (do Porto) (...) e comparem as demonstrações daquela cidade com as desta última (Turim) aonde se queixam de haver observado frieza e menos

aparato e circunstâncias de luto que se mostrava no Porto (18).»

Enquanto a casa de Saboia se debatia na resolução da crise interna, os exércitos dos três países católicos esforçavam-se por restabelecer os Estados Pontifícios, embora cada um deles se orientasse com o intuito de salvaguardar os seus próprios interesses. As tropas francesas, desembarcadas a 15 de Abril em Civitavecchia, preocuparam-se, especialmente com a libertação de Roma, a cujas portas chegaram a 27 desse mês. A rápida avançada sem qualquer oposição, fazia prever uma entrada fácil na Cidade Eterna. Foi com grande surpresa que encontraram a passagem fortemente impedida pelo grupo aventureiro chefiado por Garibaldi. Só a 3 de Julho é que conseguiram ali penetrar.

Nestes 6 meses de anarquia revolucionária — desde 5 de Fevereiro a 3 de Julho de 1849 — Roma sofreu os maiores vexames e destruições: «As igrejas foram saqueadas, os confessionários queimados na Praça do Populo, as casas dos cardeais e dos mais abastados cidadãos assaltadas. Dezassete padres foram massacrados (...) seus cadáveres foram encontrados n'um fosso aberto no ângulo do jardim dos Beneditinos perto do Janiculo (19).»

Desenganados pela desfortuna da guerra, os revolucionários entregaram-se aos mais violentos ataques contra o Papa na imprensa reaccionária: «Os excessos da imprensa — escrevia o representante português em Turim — são outra causa de desassossego e irritação. Nada lhe é vedado a começar da Religião tão atacada neste país eminentemente católico (...). Esta irritação assim excitada e entretida, principalmente pela imprensa, (...) já deu lugar a bem graves desordens e que prorromperam nos mais descomedidos excessos (...). Até o Núncio de S. S. esteve quase a sofrer deste atentado (20).»

No Capitólio foram celebradas infames orgias. O próprio Mazzini, um dos membros do triunvirato, mandou celebrar a três sacerdotes excomungados as cerimónias da Páscoa em S. Pedro, assistindo ele do trono Papal (21).

O Sumo Pontífice seguia aten-

tamente os graves acontecimentos da sua cidade. Mas porque da parte de Napoleão, se tentava impor ao Vigário de Cristo algumas condições restritivas do seu poder, Pio IX, ao sair do seu exílio de Gaeta a 4 de Setembro de 1849, permaneceu em Portici até Abril do ano seguinte, dando entrada em Roma, apenas a 12 daquele mês, onde foi recebido com grandiosas manifestações de alegria.

Não esqueceu o Papa, durante os 17 meses do seu exílio, a doutrinação do mundo católico. Foi fecundo este doloroso período. Ocupa o primeiro lugar a sua Encíclica datada de 2 de Fevereiro de 1849, dirigida a toda a Igreja docente, pedindo aos Bispos que lhe apresentassem o seu parecer sobre a crença universal da Imaculada Conceição. Na mesma encíclica o Papa dava conta da nomeação da comissão de cardeais para estudarem esta doutrina.

Esta decisão de Pio IX apresenta-se-nos hoje abertamente inspirada por Deus e constitui um apelo vibrante a Nossa Senhora, naquela hora em que a Igreja se encontrava no meio das maiores calamidades.

São claras as palavras que o Sumo Pontífice dirigiu à Igreja: «Temos firme esperança que a Virgem que foi elevada pela grandeza do seu mérito acima de todos os coros dos Anjos até ao trono de Deus, a Virgem cheia de graça (...) se dignará com a imensa ternura que é natural efusão do seu coração maternal compadecer-se de nós, conseguindo por sua altíssima e soberana protecção, livrar-nos das cruéis angústias que sofremos (...) aplacando a cólera divina que nos está ferindo em razão dos nossos pecados, apaziguando as terríveis tempestades que, de toda a parte, assaltam a Igreja (22).»

Pertencem também, a este período as complicadas actividades diplomáticas entre a Santa Sé e a corte de Lisboa, sobre o chamado «Cisma de Goa». Pio IX chamou a si este delicado processo por se relacionar com antigas questões que ocasionaram graves dificuldades entre as duas cortes. Aqui devemos, talvez, procurar a razão diplomática que impediu Pio IX

de visitar pessoalmente o vapor «Mindelo» ancorado junto de «Gaeta» a que acima se faz referência. De todo este processo diremos alguma coisa mais, em próximo artigo.

A todas estas dificuldades da Igreja se juntavam muitas outras que Pio IX sabia que iria encontrar ao entrar em Roma. Em nada viu diminuir na sua alma a grande confiança na Imaculada Conceição, sob cuja protecção tinha colocado o governo da Grei de Cristo, durante o seu exílio. Foi assim, que se tornou possível a preparação da Igreja universal para assistir à proclamação oficial do Dogma da Imaculada Conceição de Maria, feita por Pio IX, a 8 de Dezembro de 1854.

A glorificação da Mãe de Deus por este seu privilégio concedido em função da sua missão de colaboradora na obra redentora do seu Divino Filho, havia de ter a confirmação celeste, quatro anos mais tarde, nas aparições de Lourdes, em que a Santíssima Virgem declarou: «Eu sou a Imaculada Conceição».

Esta presença de Nossa Senhora naquela hora difícil da Igreja, aparece-nos como protecção particular do seu Divino Filho ao Seu Vigário na terra, e, ao mesmo tempo, como preparação da Igreja para o longo período de purificação e libertação das cadeias humanas por que devia passar neste findar do século XX.

Antunes Borges

NOTAS

(1) Ghisalberti — Roma da Mazzini a Pio IX, pág. 11, cit. em Biblos, vol. XXXVII, pág. 15, n. 1.

(2) R. Aubert — Le Pontificat de Pie IX, págs. 15 e ss. em Biblos, vol. IX, cols. 1511-1512.

(3) Biblos, vol. cit. págs. 24-28.

(4) J. M. Villefranche, Pio IX, Sua Vida, Sua História e Seu Século, trad. portuguesa, pág. 78.

(5) J. M. Villefranche, o. c. págs. 79-80., Enc. Cattolica, vol. cit. col. 1513.

(6) Enc. Cattolica, vol. cit. cols. 1513-1514; Villefranche, obra cit. pág. 86. Enc. Italiana, vol. XXVII, pág. 321.

(7) Enc. Cattolica, lug. cit.; Villefranche, o. c. pág. 101.

(8) Gius. Hergenrother, Storia Universale della Chiesa, vol. VI, p. II, pág. 591.; Villefranche, pág. VII.

(9) Hergenrother, o. c. pág. 591.; Villefranche, o. c. págs. 104-106.

(Continua em Pag. 32)

Fátima à Luz da História Religiosa e Nacional de França e de Portugal

O marxismo pretende explicar-nos o sentido da história somente pelo jogo dos conflitos suscitados pelos interesses materiais dos povos.

Nós, os cristãos, se não nos deixamos cegar pela dialética marxista, sabemos que é a Divina Providência que dirige tanto o destino dos povos como o dos indivíduos. Mas, muitas vezes, esta concepção fica em nós num plano puramente abstrato. Por causa do laicismo, mais ou menos confessado, de que os manuais modernos de história, andam impregnados, nem sempre vemos com suficiente nitidez a acção da Providência nos acontecimentos do mundo. É certo que esta acção é, muitas vezes, difícil de apreender. No entanto, há nações, que, pela sua origem e desenvolvimento, pelos seus sucessos e revezes, pelos seus triunfos e derrotas, suas horas felizes ou trágicas, manifestam admiravelmente os desígnios de Deus sobre elas o o seu papel providencial no mundo.

É o que acontece com a França e com Portugal. E o que não é menos notável na história destas duas nações cristãs, é que se encontram nelas traços paralelos que nenhum acaso pode explicar.

Não pretendemos trazer aqui nenhum documento novo e inédito sobre a história da França e de Portugal. Pelo contrário queremos basear-nos quase unicamente em factos bem conhecidos dos historiadores, os quais se podem encontrar nos manuais elementares da história das duas nações. A conjugação de tais factos parece-nos surpreendente, por pouco que nisso se reflita.

Limitar-nos-emos a considerar aqui três períodos da história da França e de Portugal, em que o paralelismo é particularmente impressionante:

I — *Origens do Reino de Portugal e a sua relação com a história de França no século XII*

II — *Luta dos dois países pela sua independência nos séculos XIV e XV*

III — *A época contemporânea*

Cada um destes três períodos, tanto num como noutro país, podem caracterizar-se por dois nomes gloriosos que os resumem e os dominam:

1.^o — *S. Bernardo e o 1.^o rei de Portugal D. Afonso Henriques*

2.^o — *Sta. Joana d'Arc e o B. Nuno Alvares*

3.^o — *Lourdes e Fátima*

I — *As origens de Portugal — S. Bernardo e D. Afonso Henriques.*

Passemos uma vista de olhos sobre o mais remoto período da vida de Portugal como nação independente. Pode dizer-se, em poucas palavras, que Portugal é filho da França cristã, ou, mais exactamente, da Borgonha cristã do séc. XII.

O fundador da monarquia portuguesa e da 1.^a dinastia que governou em Portugal foi Henrique de Borgonha, vindo, com seu primo Raimundo, filho de Guilherme, Conde de Borgonha, e com muitos outros cavaleiros franceses, combater os infiéis, ao serviço de Afonso VI, rei de Castela, de Leão e da Galiza.

Tendo-se tornado genro de Afonso VI, pelo seu casamento com uma das filhas deste soberano (chamada Tareja ou Teresa) e tendo

recebido do rei o título de Conde de Portucale, foi pai do 1.º Rei de Portugal D. Afonso Henriques, nascido em 1111 e morto em 1185.

Pois é exactamente em 1111, que um jovem Borgonhês, de boa linhagem, nascido em Fontaines-les-Dijon, se decide a deixar o mundo para entrar na vida religiosa, com trinta companheiros, entre os quais se encontravam os seus irmãos, e vários parentes. Em 1112, batia à porta do mosteiro de Cister a 20 kms. de Dijon e, em 1115, fundava, ao norte da Borgonha, a Abadia de Claraval, que iria tornar-se célebre em toda a cristandade: *era S. Bernardo*.

À sua morte em 1153, a Abadia de Claraval contava cerca de 600 Religiosos e 68 Abadias filiais. Pouco a pouco a Ordem de Cister ia-se expandindo por toda a Europa cristã. Sabemos que, desde 1144, D. Afonso Henriques, 1.º Rei de Portugal, chamou os monges de Claraval, para fundarem um 1.º mosteiro, provavelmente em *Tarouca*, mosteiro este, que em breve teve vários conventos sob a sua obediência (Cfr. D. Mauro Cocheril — «Portugal e Cister» — Novidades — 27 de Julho de 1958).

Em 1147, depois da conquista de Santarém aos Mouros, D. Afonso Henriques, para fazer o cerco a Lisboa, consegue obter a ajuda da frota dos cruzados, enviados por S. Bernardo para defender os Lugares Santos da Palestina. Depois da conquista da cidade, que se efectuou nesse mesmo ano, o 1.º Rei de Portugal fundava, em 1153, data da morte de S. Bernardo, o *mosteiro de Alcobaça*, que iria tornar-se a Abadia cisterciense mais importante de Portugal e uma das mais notáveis da Ordem de Cister, com muitas dezenas de Abadias filiais (*ibidem*).

O mesmo Rei introduziu igualmente no seu reino a nova Ordem militar dos Templários de que S. Bernardo tinha sido o protector e o patrono. *A Ordem dos Templários*, iria tornar-se, em Portugal, a *Ordem de Cristo*, grande promotora dos descobrimentos e conquistas de Além-mar, que iriam dar a este pequeno país um império imenso e abrir continentes inteiros ao Apostolado católico, desde a África aos Antípodas, passando pela Índia, pela Indochina, o Japão e a China. Na América do Sul, o Brasil iria tornar-se, desde o século XVI, uma província portuguesa.

A influência da Borgonha e da França cristã, na fundação e desenvolvimento da Nação portuguesa, não deveria, no entanto, em nosso entender, limitar-se a alguns factos isolados, se bem que geradores de consequências capitais para a história de Portugal.

Estes acontecimentos característicos ajudam a ilustrar e revelar o considerável contributo militar, político, religioso e artístico, da parte da Borgonha cristã, na conquista, organização e evangelização do novo Reino.

Não é interessante verificar que as igrejas românicas que existem em Portugal são de estilo clunisiano (isto é, francês e borgonhês), e que as mais antigas igrejas góticas são de puro estilo cisterciense (isto é, ainda francês e borgonhês)?

O Mosteiro de Alcobaça reproduz a planta da primitiva abadia de Claraval.

A arte religiosa portuguesa mais antiga está toda impregnada de influências e motivos borgonheses, especialmente a escultura e arquitectura. Em relação à própria língua, ficamos surpreendidos ao encontrar, ainda hoje, em Portugal provérbios, expressões e sotaques, que lembram, duma maneira impressionante, a Borgonha e o Franco-Condado, sobretudo no centro e norte do país. Sem dúvida, no século XII, Portugal tinha já e conservou as suas próprias características nascidas da fusão da raça celto-ibérica com os Romanos e os invasores germânicos, pouco a pouco assimilados e cristianizados, principalmente os Suevos, no norte do país, e alguns elementos mouros. Mas quando se conhece um pouco, ao mesmo tempo, a Borgonha e Portugal, não se pode deixar de notar, mesmo no carácter da raça, certas semelhanças, que não são certamente efeito do acaso.

Não há dúvida, igualmente, de que, sob o ponto de vista económico, os vinhos portugueses e particularmente o do «Porto» devem aos Borgonheses, como conhecedores de vinhos e reputados vinhateiros, aperfeiçoamentos que lhes deram renome mundial. Decerto já se cultivava a vinha em Portugal muito antes da chegada dos Borgonheses. Mas é natural que estes tenham desenvolvido e aperfeiçoado a produção, servindo-se da sua experiência vitícola.

Em mais elevada ordem de coisas, a devoção à SSma. Virgem, e especialmente a N. S. das Dores, tão popular na Borgonha, exerceu

profunda influência em Portugal, desde as suas origens.

Contentemo-nos com estas sugestões sobre as origens políticas, religiosas e mesmo económicas do Reino de Portugal, para chegarmos finalmente a abordar a grande crise da independência portuguesa, no fim do século XIV, crise que coincidiu, quase exactamente, com a maior prova que a França sofreu no decurso da sua longa e tão atormentada história — a guerra dos Cem-Anos.

Vamos considerar os instrumentos providenciais de que Deus se serviu para salvar a existência dos dois países, como nações livres e independentes.

II — *A luta pela independência — B. Nuno Álvares e Sta. Joana d'Arc*

No século XIII, desde 1249, Portugal, mais feliz que a Espanha, tinha expulsado os Mouros do seu território e conquistado o Algarve, a província mais meridional do país. Mas a própria rapidez das suas conquistas aos Mouros e a sua situação geográfica na extremidade da Península Ibérica, sem fronteiras naturais para o defender, expunha Portugal a um perigo que pairou sobre toda a sua história, até à época contemporânea: o perigo da absorção pelos reinos vizinhos, que, pela sua unificação, deram origem à possante monarquia espanhola, vizinha temível e sempre ameaçadora para a independência do pequeno Reino de Portugal.

A crise ia atingir uma fase aguda no fim do séc. XIV, na mesma altura em que a França, depois duma série de desastres, via a sua independência e a sua própria existência como nação livre, ameaçada pelo poderio da Inglaterra.

Em 1383, D. João I de Castela proclamava-se Rei de Portugal. Seria o fim deste reino, que, desde a sua fundação, se consagrara à Virgem SSma. e se colocara sob a protecção da Santa Sé, como a própria França desde as suas origens?

Eram outros os desígnios de Deus: a Nação portuguesa não iria parecer. Uma inesperada renovação patriótica e religiosa permitiu a Portugal salvar a sua independência e mantê-la até aos nossos dias, apesar dum curto período de dominação espanhola, de 1580 a 1640.

Para salvar Portugal, Deus suscitou um guerreiro intrépido, *Nuno Álvares* o vencedor da batalha de Aljubarrota contra os Castelhanos, a 14 de Agosto de 1385, vitória considerada, com razão, como a consagração da independência política do Reino de Portugal no século XIV. O glorioso vencedor, cumulado de honras pelo Rei D. João I, o fundador da 2.^a dinastia portuguesa, iria morrer em Lisboa em 1431, simples Irmão Converso no convento do Carmo que ele próprio tinha fundado. Nesta mesma data era ratificada a paz com o Reino de Castela.

A França, no princípio do séc. XV, depois da derrota de Azincourt, em 1415, estava quase a tornar-se o feudo continental do Rei de Inglaterra. O tratado de Troyes, em 1420, proclamava Henrique V de Inglaterra, Rei de França.

Mas Deus também queria a existência da França. A França não podia desaparecer como nação independente. Foi salva duma maneira ainda mais miraculosa do que Portugal, não por um valente capitão, mas por uma simples rapariguinha, uma Santa enviada por Deus, para atirar os Ingleses para fora da França e fazer sagrar em Reims o seu legítimo Rei, Carlos VII descendente de S. Luís.

Eis, em poucas palavras, todo o sentido da epopeia extraordinária e sobrenatural de Santa Joana d'Arc, a «Santa da Pátria».

É certo que, apesar da libertação de Orléans a 8 de Maio de 1429, que representa para os Franceses o que a vitória de Aljubarrota, foi para os Portugueses, apesar de uma série de vitórias prodigiosas e inesperadas, Joana d'Arc foi feita prisioneira pelos Borgonheses, vendida aos Ingleses e queimada viva em Rouen, com a cumplicidade dum bispo francês e a aprovação duma grande parte do alto-clero francês, a 30 de Maio de 1431.

Mas como poderíamos deixar de notar que é igualmente em 1431, como dissemos, que morria em Lisboa o Santo Condestável, Nuno Álvares, o salvador da independência de Portugal? E se as condições com que ele desapareceu da cena deste mundo não são trágicas como as de Sta Joana d'Arc, a verdade é que não são menos heróicas. Com efeito, Nuno Álvares, nove anos antes da sua morte, tinha deixado tudo para servir a Deus e ao próximo, e quando, aos 71 anos, a vida se lhe extinguiu em Lisboa, no convento do Carmo por ele fundado, Nuno Álvares era apenas o humilde

Frei Nuno de Sta. Maria, e já não tinha outra glória humana a não ser o mérito das suas penitências heróicas e do seu amor aos pobres.

De notar é ainda o facto de Nuno Álvares ter sido beatificado por Bento XV em 1918, dois anos apenas antes da canonização de Joana d'Arc, pelo mesmo Papa, em 1920. A Providência lembrava assim às duas nações no nosso século, o que tinha feito, nos séculos passados, para salvar a sua independência e a sua própria existência de nações livres.

Nuno Álvares e Joana d'Arc, os dois heróis nacionais de Portugal e da França, salvaram os dois países, na mesma época, mais pelo mérito da sua santidade e do seu sacrifício do que pela força das armas. Portugal e a França devem tê-lo presente ainda hoje, sobretudo hoje, diríamos-nós.

Bem sabemos que, depois da morte de Joana d'Arc, foram ainda precisas dezenas de anos para a França se livrar dos invasores, que só deixaram o Reino em 1453; e Calais só voltou a unir-se à França em 1558.

Por seu lado Portugal iria conhecer ainda longas lutas com a Espanha, no decurso de séculos, e até um eclipse momentâneo da sua independência, de 1580 a 1640. O oitavo duque de Bragança, descendente da filha única de Nuno Álvares (que em 1401, desposara um filho natural de D. João I, fundador da 2.^a dinastia portuguesa) restaurou a independência de Portugal, e foi proclamado Rei, sob o nome de D. João IV, no dia 1.^o de Dezembro de 1640.

Sabe-se hoje que a última ameaça à independência de Portugal foi no decurso da 2.^a guerra mundial. É bom lembrá-lo. No fim de 1942, os exércitos alemães estiveram a entrar em Espanha. A Alemanha hitleriana tinha pedido a Franco para lhe dar livre passagem por Espanha, para atingir o Norte de África. O «Führer», em troca prometia ajudá-lo a apoderar-se de Gibraltar e Portugal. A prudência do Caudilho, esclarecida, diz-se pelo antigo embaixador de França, então Chefe de Estado francês, Marechal Pétain, e, também, pela sua simpatia pelo professor Salazar, Chefe do Governo Português, evitou à Península Ibérica novas aventuras, e, a Portugal, novas desgraças.

É verdade que um outro facto miraculoso se tinha produzido, entretanto, em Portugal, um facto que domina toda a história contem-

porânea deste país, e que se pode também considerar como o maior facto mundial do século XX: As Aparições da Fátima aos Pastorinhos de Aljustrel.

Chegamos assim à terceira parte deste trabalho sobre a história da França e de Portugal.

III — *Época Contemporânea — Lourdes e Fátima*

Pergunta-se, se a França, salva por Sta. Joana d'Arc, no século XV, como nação independente, teria podido continuar católica, se tivesse sido anexada pela Inglaterra, que, no século seguinte, se iria separar de Roma e tornar-se protestante.

Nos desígnios de Deus, a França devia ficar o «Reino Cristianíssimo», baptizado com o primeiro Rei, Clovis, e santificado por S. Luís. A abjuração de Henrique IV, em 1593, permitiu-lhe escapar à influência política do protestantismo. O orgulho de Luís XIV não foi até ao ponto de a lançar no cisma, preconizado por certos «doutores» da Igreja galicana.

Mas é certo também, que os países, que, como a França e Portugal, têm uma vocação marcadamente católica e marial, são alvo, duma maneira especial, dos ataques do inimigo do género humano.

No século XV a França havia sido libertada da invasão armada da Inglaterra. Nos séculos XVIII e XIX, teria, porém de, suportar uma invasão mais pífida e mais subtil, vinda também em grande parte, da Inglaterra anticatólica: a da Franco-Maçonaria.

Reconhece-se hoje que a Revolução francesa foi, em grande parte, obra das sociedades secretas, introduzidas em França, pelo contacto com o mundo anglosaxão, contacto devido à guerra da Independência dos Estados-Unidos, e à predilecção pelas modas e ideias inglesas na alta-sociedade do século XVIII.

O poderio legal da Franco-Maçonaria desenvolveu-se sobretudo em França, no fim do século XIX e no princípio do séc. XX. Também não poupou Portugal.

Se o Portugal cristão, como dissemos, é filho da França cristã do século XII, da França de S. Bernardo e das Cruzadas, pode infelizmente dizer-se, do mesmo modo, que o Portugal anticristão e franco-mação é também,

filho da França anti-cristã e franco-maçónica do século XX.

Já no século XVIII, o jansenismo e o regalismo, precursores da Revolução francesa anti-católica, tinham triunfado em Portugal, na pessoa do famoso Marquês de Pombal.

Portugal não sofreu, na verdade, uma revolução comparável à Revolução francesa. Esta é um facto único na história moderna, cujas consequências se fizeram sentir e se fazem sentir, ainda hoje, no mundo inteiro. No entanto, Portugal sofreu duramente os efeitos desta Revolução, primeiramente pelas três invasões dos exércitos napoleónicos, animados do fanatismo anti-religioso do jacobinismo francês, e, duma maneira muito mais grave e duradoura, pela invasão das ideias revolucionárias e do racionalismo franco-mação.

No princípio do século XX, mais ainda que a França cristã, o Portugal cristão parecia condenado à morte, em resultado da acção da Franco-Maçonaria, aliada às forças revolucionárias.

A França de 1793 tinha condenado à morte e guilhotinado o seu Rei, descendente de S. Luís. O Portugal franco-mação e revolucionário do século XX assassinava, por sua vez, o seu Rei e o herdeiro do trono, em 1908, quebrando assim, por um crime, a sua união com a Casa de Bragança, cuja origem estava inseparavelmente unida à memória de Nuno Álvares, visto o seu fundador, como dissemos, ter desposado, em 1401, a filha única do Santo Condestável.

A República, proclamada em 1910, à imitação da França franco-maçónica, cortava, por sua vez, as relações com a Santa Sé, e pretendia mesmo abolir a religião em Portugal «em duas gerações».

A SSma. Virgem aceitou então o desafio do Príncipe das Trevas, e quis mostrar que Portugal era, e seria sempre, a «Terra de Santa Maria». Em 1917, Ela aparecia seis vezes a três pastorinhos, na Fátima, ao mesmo tempo que o comunismo bolchevista, noutra extremo da Europa, triunfava na Rússia. A estas crianças, ignorantes das coisas do mundo, mas preparadas por um Anjo para a visita da Rainha do Céu, como Sta. Joana d'Arc o havia sido, em França, para cumprir a sua missão miraculosa, a SSma. Virgem revelava os segredos que devem salvar a humanidade do século XX.

Pode-se ficar surpreendido, é verdade, que, cinquenta anos depois das Aparições da Fátima, os pedidos e as promessas de Nossa Senhora do Rosário sejam ainda tão pouco conhecidos, e sobre tudo tão pouco realizados, mesmo em Portugal.

No entanto, quando se considera, sem preconceitos, a história de Portugal no decurso dos cinquenta anos que decorreram desde as Aparições, pode-se já falar de milagre. Portugal, humilhado e arruinado, levantou-se politicamente. Escapou à guerra civil que ensanguentou a Espanha durante três anos, de 1936 a 1939. Não foi arrastado na guerra mundial de 1939. Graças a Salazar, fruiu do benefício da paz interior.

Pôde, até ao presente, vencer e conter o levantamento terrorista provocado do exterior contra as Províncias do Ultramar, e resistir à pressão internacional que procura expulsá-lo destes territórios, para favorecer os interesses políticos e económicos de potências imperialistas.

Na verdade, na hora presente, o futuro próximo de Portugal, como o da França, pode parecer incerto, inquietante até. Ainda aqui, o paralelismo histórico das duas nações continua através dos acontecimentos que neste momento vivemos, e temos razões para pensar que deve prosseguir ainda no futuro.

Se a França sofreu recentemente provas duras, com a perda da Argélia e do seu Império Ultramarino, com a revolução imprevista de Maio 1968, podemos pensar que a razão profunda destas humilhações é o facto de não se ter mostrado suficientemente dócil às advertências que a SSma. Virgem lhe tinha feito em Lourdes no século passado.

Parece não ter até aqui compreendido suficientemente a lição temível de três guerras mortíferas e de três invasões no espaço de menos de cem anos, e parece estar hoje, quase completamente esquecida dos seus belos títulos de «Filha mais velha da Igreja», «Reino de Maria», de Nação escolhida pelo Sagrado Coração de Jesus para receber e espalhar os tesouros do Seu Amor infinito.

A França, mesmo a França oficialmente católica, em grande parte, parece querer voltar as costas ao seu passado, e desinteressar-se da sua vocação espiritual, segundo a expressão do Cardeal Pacelli no pulpito de Notre-Dame de Paris, em 1937.

Mas, apesar da Fátima, apesar do entusiasmo extraordinário e perseverante que todos os anos arrasta à Cova da Iria centenas de milhar de peregrinos, terá o próprio Portugal compreendido suficientemente o que representa para si a visita que Nossa Senhora do Rosário lhe fez em 1917?

A pequena Jacinta, que deixou este mundo há cinquenta anos, não cessava de repetir com tristeza até à morte: «Não se corrigem, cometem sempre os mesmos pecados». E, antes de morrer, em 1920, ela advertia o Cônego Formigão duma revolução violenta que iria rebentar em Portugal, e que afectaria sobretudo Lisboa.

Poderá a própria França evitar o violento encontro «entre os filhos dos Cruzados e os filhos de Voltaire» segundo a célebre expressão de Montalembert? Em França a fonte das vocações sacerdotais, religiosas e missionárias parece enfraquecer cada vez mais como nas vésperas da Revolução. No seio da Igreja, manifestam-se correntes de contestação muito semelhantes às que se produziram no fim do século XVIII. A generalização deste estado de espírito, sobretudo na juventude e no domínio religioso, é um fenómeno que parece anunciar novas violências, talvez iminentes. Certo é que semelhantes infidelidades da parte duma Nação essencialmente cristã pela sua vocação providencial não ficarão impunes.

Sabeis que o próprio Senhor falou da França à sobrevivente dos videntes da Fátima, Irmã Lúcia?

Numa carta dirigida ao Senhor Bispo de Leiria, em 1932 e que, em 1946, recordava em conversa com um Padre Monfortino holandês, relatada no belo livro do Pe. de Marchi «Era uma Senhora mais brilhante que o Sol», a Irmã Lúcia referia estas palavras de Nosso Senhor: «Como o Rei da França não atendeu os meus pedidos, o Santo Padre há-de consagrar-me a Rússia, mas será tarde» (Apêndice p. 319).

A SSma. Virgem tinha falado da Rússia aos pequenos videntes, a 13 de Julho de 1917. Nosso Senhor, numa revelação feita mais tarde à Irmã Lúcia falou da França. Comparou a situação actual do mundo, depois das Aparições da Fátima, à da França depois das revelações do Sagrado Coração a Sta. Margarida Maria. Com efeito, sabe-se que, em 1689, foi dirigida uma mensagem especial ao Rei da

França, por seu intermédio, relativa ao culto do Sagrado Coração, para pedir uma consagração especial do Reino de França ao Sagrado Coração de Jesus.

Já foram notadas as semelhanças e as relações que indubitavelmente existem entre as Aparições da SSma. Virgem na Fátima, completadas e precisadas pelas revelações à Irmã Lúcia, com as revelações do Sagrado Coração feitas a Sta. Margarida Maria em Paray-le-Monial.

Fátima é a revelação dos sofrimentos do Coração Imaculado de Maria pela humanidade ingrata e rebelde, como Paray-le Monial foi a revelação do amor apaixonado e dos sofrimentos do Coração de Jesus, ultrajado e desconhecido pela ingratidão dos homens.

A promessa de salvação ligada à prática dos cinco primeiros sábados do mês lembra a promessa ligada por Nosso Senhor à comunhão das nove primeiras sextas-feiras do mês.

E não é comovedor pensar que Nosso Senhor quis lembrar à Irmã Lúcia os pedidos e as promessas que Ele outrora fizera ao Rei de França, Luís XIV, a quem chamou «O Filho primogénito do Meu Sagrado Coração?» Infelizmente nenhum Rei de França, a não ser Luís XVI na prisão — mas já demasiado tarde — quis realizar o que o Sagrado Coração tinha pedido ao Soberano do «Reino Cristianíssimo». No entanto, nos seus princípios, a Terceira República realizou em parte o que o Sagrado Coração de Jesus tinha pedido a Luís XIV, declarando de utilidade pública a erecção dum templo dedicado ao Sagrado Coração sobre a colina de Montmartre, em Julho de 1873. Como é sabido, a basílica foi sagrada, em 1919, no fim da primeira guerra mundial. Os bispos da França, por várias vezes consagraram a França ao Sagrado Coração de Jesus. Mas nunca o Chefe da Nação ratificou duma maneira expressa e oficial esta consagração.

Mas, afinal, que é que Nosso Senhor pedia a Sta. Margarida Maria, em 1689 (exactamente cem anos, note-se, antes da Revolução francesa)? Sabemo-lo por duas cartas da Santa, dos meses de Junho e Agosto de 1689 (um ano antes da sua morte). O Soberano (então Luís XIV) devia consagrar-se pessoalmente ao Sagrado Coração de Jesus, colocar a imagem nas suas armas e estandarte, e construir um templo em sua honra.

O Pe. de la Chaise, Jesuíta e confessor do Rei, devia transmitir o pedido ao seu real penitente.

O pedido do Sagrado Coração era acompanhado de promessas de triunfo e de glória para o Rei e para o Reino da França, e de bênçãos particulares para a Companhia de Jesus, se a mensagem fosse transmitida e realizada.

O que é certo, é que, transmitida ou não, a mensagem do Sagrado Coração ao Rei de França não foi realizada. E o que não é menos certo, é que os últimos anos de Luís XIV foram ensombrados por lutos repetidos e por derrotas dos seus exércitos, tantas vezes vitoriosos.

Quanto à Companhia de Jesus, terrivelmente combatida em França pelos jansenistas no decurso do século XVIII, ia ser expulsa do Reino em 1762 (como o tinha sido de Portugal em 1759) e mesmo suprimida completamente pela autoridade do Papa Clemente XIV, em 1773. Só foi restaurada em 1814 pelo Papa Pio VII, depois do seu regresso a Roma.

Sabemos que o pedido de Nosso Senhor ao Rei de França foi renovado depois da Revolução e do Império, ao Rei Luís XVIII, em 1822, por intermédio duma Santa Religiosa do Convento «des Oiseaux» de Paris, a Madre Maria de Jesus, e que, em 1873, Madame Royer, fundadora da Associação de Oração e Penitência, cuja sede está em Montmartre, escrevia ao Conde de Chambord, (pretendente ao trono), que o Sagrado Coração lhe pedia para cumprir o voto feito por Luís XVI na prisão do Templo, e lhe prometia em paga as suas bênçãos para ele e para a França (Madame Royer — por Maurice Berthon — 1946). Foi em vão.

No entanto, em 1822 e 1823, Nosso Senhor prometera à Madre Maria de Jesus que os seus pedidos seriam um dia plenamente realizados, que a França seria consagrada ao Seu Sagrado Coração, que a fé e a religião aí voltariam a florescer e que toda a terra beneficiaria das bênçãos que Ele espalhará sobre ela. Tais predições podem parecer hoje inverosímeis e provocar a incredulidade de muitos.

Mas a alusão feita à Irmã Lúcia, aos pedidos e às promessas por Sta. Margarida Maria dirigidas ao Rei de França, no século XVII, da parte do Sagrado Coração, parece provar, por um lado, que estes pedidos e estas promessas

conservam ainda hoje o seu valor e, por outro lado, que Nosso Senhor deplora que o pedido feito por Nossa Senhora relativo à consagração da Rússia ao Seu Coração Imaculado também tarde a realizar-se.

Com efeito, a 13 de Julho de 1917, Nossa Senhora da Fátima disse aos pastorinhos que viria «pedir a consagração da Rússia ao seu Coração Imaculado e a Comunhão reparadora nos primeiros sábados.»

Para a Comunhão reparadora, Ela dirigiu-se de novo à Irmã Lúcia em 1925, e foi então que fez a promessa relativa aos cinco primeiros sábados, indicando a maneira como devia ser realizada a Comunhão reparadora («Era uma Senhora ...» Apêndice p. 316).

Para a consagração da Rússia, uma outra visão, concedida à Irmã Lúcia em 1929, precisou que esta consagração devia ser feita *pelo Santo Padre e por todos os Bispos do mundo católico ao mesmo tempo que Ele e em união com Ele* (ibidem — p. 318-319).

Não tendo ainda sido realizado este pedido em 1940, a Irmã Lúcia escreveu ao Santo Padre a dizer-lhe que Nosso Senhor lhe pedia, pelo menos, a consagração do mundo inteiro ao Coração Imaculado de Maria, com uma menção especial da Rússia (ibidem p. 319). Sabe-se que em 1942, Pio XII realizava esta última consagração, mencionando a Rússia duma maneira implícita, mas bastante clara, e pedindo a todos os bispos para se associarem.

Em 1952, numa Carta apostólica dirigida «a todos os povos da Rússia» o Santo Padre consagrava, desta vez, explícita e especialmente, a Rússia ao Coração Imaculado de Maria.

Temos, porém de confessar que o primeiro pedido *exacto* (é a expressão empregada pela Irmã Lúcia em 1946) de Nossa Senhora, *relativo à Rússia*, não foi ainda inteiramente realizado como o não foi o pedido dirigido por Nosso Senhor ao Rei de França, no século XVII, por intermédio de Sta. Margarida Maria.

O segundo Concílio do Vaticano teria podido ser a ocasião providencial desta realização completa do pedido de 1929 à Irmã Lúcia, transmitida ao Papa Pio XII em 1940.

Sabe-se que, por causa da oposição duma parte dos Padres do Concílio, e apesar de pedido expresso do Cardial Wyszynski, em nome do Episcopado polaco e do de D. Francisco Ren-

deiro em nome de Episcopado português, o Segundo Concílio do Vaticano se limitou a escutar a renovação da consagração do mundo ao Coração Imaculado feita pelo Papa Paulo VI on fim da terceira sessão, a 21 de Novembro de 1964.

Pode dizer-se que a presença de todo o Episcopado mundial deu a este acto pessoal de Paulo VI uma solenidade particular, e nos encaminha para a realização completa do pedido «exacto» da SSma. Virgem. Não é menos verdade, porém, que a união entre o Santo Padre e o Episcopado mundial, *em relação à consagração expressa e explícita da Rússia ao Coração Imaculado de Maria*, não foi realizada pelo Concílio. Nem a Rússia foi nomeada expressamente na consagração pronunciada pelo Soberano Pontífice, ao renovar o acto de Pio XII de 1942 *nem se obteve a aprovação plena e expressa do Episcopado mundial, para a realização da consagração da Rússia pedida pela SSma. Virgem à Irmã Lúcia em 1929.*

Quanto a isto, estamos pois quase como em 1946, quando a Irmã Lúcia referia as palavras de Nosso Senhor:

«O Santo Padre consagrar-me-á a Rússia (com todos os Bispos do mundo em união com ele) *mas será tarde.*»

A alusão à demora da França em cumprir o que o Sagrado Coração lhe pedia duma maneira especialíssima, mostra-nos no entanto, a que ponto o presente e o futuro da França, de Portugal, da Igreja e, pode dizer-se do Mun-

do inteiro, se encontram estreitamente ligados entre si nos desígnios da Providência.

Oremos, pois, ardentemente para que, o mais cedo possível, se verifiquem finalmente as condições necessárias para que as revelações de Nossa Senhora da Fátima encontrem a sua plena realização, a fim de obter a conversão da Rússia, a paz do Mundo e o triunfo do Coração Imaculado de Maria e do Sagrado Coração de Jesus.

O triunfo do Sagrado Coração de Jesus, foi anunciado a Santa Margarida Maria no século XVII, em França, e a promessa deste triunfo foi renovada a várias santas almas no século XIX e, no nosso século, especialmente a Madame Royer (1841-1924).

O triunfo do Coração Imaculado de Maria, anunciado já em França, no século XVII, por Maria «des Vallées» e S. João Eudes, foi predito mais explicitamente ainda, na nossa época, por Nossa Senhora da Fátima. Aconteça o que acontecer à França, a Portugal, à Igreja e ao Mundo nos anos que vão seguir, não percamos a coragem!

Lembre-mos das promessas do Sagrado Coração de Jesus, e do Coração Imaculado de Maria, para a Igreja e para o Mundo, e, duma maneira especial, das promessas e dos pedidos feitos à França e a Portugal, nações escolhidas entre todas para serem as mensageiras da misericórdia divina por intermédio dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria.

Fr. Reginaldo Simonin, O. P.

Nossa Senhora, Pio IX e Portugal

(Notas — Continuação da Pág. 24)

(10) Villefranche, o. c., págs. 107-108.

(11) Villefranche, o. c., pág. 110.

(12) Enc. Cattolica, vol. cit. col. 1514; Villefranche, o. c. págs. 110.

(13) Biblos, vol. cit. págs. 95 e 106.

(14) Biblos, vol. cit. pág. 101, n. 1.

(15) P. José de Castro, Portugal em Roma, vol. II, págs. 305-312.

(16) Fortunato de Almeida, História de Portugal, vol. VI, pág. 316.

(17) Biblos, vol. cit. págs. 126, 130, 132-133.

(18) Biblos, vol. cit. págs. 162-163, 175.

(19) Villefranche, o. c., págs. 121-122.

(20) Biblos, vol. cit. págs. 197-200.

(21) Hergenrother, vol. cit. pág. 592.

(22) Villefranche, o. c., págs. 134-135.

N. B. — Todas as citações de revista BIBLOS referem-se ao trabalho do Insigne e laborioso Embaixador Dr. Eduardo Brazão com o título — Unificação da Itália vista pelos Diplomatas portugueses, 1848-1870 — em que transcreve a correspondência dos Embaixadores e a que juntou preciosos comentários.

PEREGRINAÇÃO INTERNACIONAL DE CIGANOS À FÁTIMA

6 a 9 de Setembro

Estiveram reunidos na Cova da Iria os Rev. Dom Bruno Nicolini, da Comissão Pontifícia da Pastoral dos Emigrantes e dos Nómadas (Ciganos), Padre André Barthelemy, de Paris e Padre Alberto Garcia Ruiz, de Madrid, respectivamente capelães das Obras de migrações na França e na Espanha, a fim de tratar com o Senhor Bispo de Leiria e com o reitor do Santuário de uma peregrinação internacional de ciganos a realizar ao Santuário, à semelhança das que têm sido realizadas nos anos anteriores a Roma, Saragoça, Lourdes e outros santuários.

O Papa Paulo VI publicou em 8 de Abril o Motu proprio «Apostolicae caritatis» com uma nova estruturação da pastoral dos ciganos, de modo a conseguir uma maior promoção social e integração na comunidade cristã do mundo cigano.

A peregrinação ficou marcada para os dias 6 a 9 de Setembro do corrente ano, esperando-se que acorram ao Santuário de Nossa Senhora da Fátima, milhares de ciganos de todos os países da Europa.

Há já 3 anos que o Rev. P. Filipe de Figueiredo, de Évora, realiza um magnífico apostolado entre as famílias ciganas do Alentejo que têm vindo em peregrinação a Fátima.

A IGREJA E OS CIGANOS

Os ciganos são peregrinos por vocação e por natureza. Já aos primeiros grupos desse mundo nómada que se apresentaram no Ocidente, nos meados do século XV se dava o título de peregrinos.

Eles visitavam os famosos santuários da Cristandade, nomeadamente Roma e Santiago de Compostela.

Em França, há mais de um século, milhares de ciganos, muitos dos quais vindos de países estrangeiros, concentraram-se nas proximidades do Mediterrâneo, em Santa Maria do Mar. Há 14 anos fizeram a sua peregrinação a Lourdes. Em 27 de Setembro de 1965, durante o Concílio, o Papa Paulo VI acolheu-os em Roma para celebrar o 68.º aniversário do seu acampamento. Coroou a Virgem dos Ciganos e disse-lhes «Vós estais no coração da Igreja». Foi a entrada oficial, magnífica, do povo cigano na Igreja.

Depois desta data, todos os anos se organiza para eles uma peregrinação internacional que reagrupa os ciganos de toda a Europa.

Este ano, será na Cova da Iria, que veremos de 6 a 9 de Setembro o seu acampamento tradicional.

Os ciganos têm devoção a Nossa Senhora e a sua piedade é demonstra-

tiva. Eles traduzem-na pelas suas orações e também pela sua música e pelas suas danças típicas. Na Fátima afirmarão que pertencem à Igreja Católica e pedirão a graça de serem mais bem aceites no mundo moderno e nesta Igreja que também é sua.

Os ciganos têm necessidade de um capelão especializado que os ajude na sua promoção humana e religiosa.

A Hierarquia teve por bem designar um padre para o seu serviço — o Padre Filipe, de Évora. Mas é necessário uma organização de padres e de leigos para ajudar os quase 50 000 ciganos deste país, ciganos geralmente pobres de bens, de cultura e de dignidade humana.

A peregrinação internacional dos ciganos à Fátima será um grito de alerta e um apelo eloquente aos católicos portugueses e aos do mundo inteiro. Será uma graça para a Igreja servir e pobre.»

(Palavras do P.º Barthelemy, director da obra de promoção social e cristã entre os ciganos, em França).



